

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Moses Song

ESTUDO SOBRE PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE
BAIRROS EM UMA REGIÃO DO DISTRITO DE SACOMÃ – UMA
ANÁLISE SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL
COMUNITÁRIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Moses Song

ESTUDO SOBRE PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE
BAIRROS EM UMA REGIÃO DO DISTRITO DE SACOMÃ – UMA
ANÁLISE SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL
COMUNITÁRIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência parcial
para a obtenção do título de MESTRE em
Psicologia Social, sob a orientação do
professor doutor Salvador Antônio Mireles
Sandoval.

SÃO PAULO
2010

Banca examinadora

Agradecimentos

Ao meu orientador Salvador, pelas sugestões e atenção prestadas. E por se dispor a ouvir as minhas crises.

À Igreja Presbiteriana Unida Coreana, por me auxiliar com bolsa no período de estudos.

Ao diácono Jae Soo Kim que por idéia dele tive esta oportunidade.

Ao Pr. Jairo Chun Do Myung pelo apoio e compreensão quanto à minha escolha.

Às colegas do núcleo Bruna Suruagy Dantas por disponibilizar textos que foram muito úteis a este trabalho e Lúcia Azevedo pela tradução do livro sobre lideranças.

À companheira na psicologia social comunitária Luciane Jabur por ouvir minhas inquietações teóricas e compartilhar textos comigo.

Além das pessoas que me apoiaram, estiveram presentes e me deram forças para prosseguir em uma fase difícil de minha vida por questões pessoais enquanto cursava o mestrado:

Meus familiares, pai, mãe, irmã que foram compreensivos e contingentes.

Os amigos Eduardo, Felipe Moura, Felipe Ortolani, Heezona, Igor, Luciana, Thiago, Tica, Paulo.

Ao pessoal do MUC que na época também foram muito importantes especialmente Pr. Brian, Cecília, Edson, Rafael, Myrian, Dna Iracema, Dna Lourdes, Cláudia, Seo Lucas, Arnaldo, a esposa deste Marleide.

Ao Pr. Marcos e Pr. Samuel da Igreja Unida que acolheram minhas angústias.

Às professoras Fúlvia e Cris que se mobilizaram para que eu tivesse um suporte.

À minha psicanalista e socióloga Silvana.

Ao Pr. Teófilo e Pra. Sarah que oraram por mim quando eu havia perdido o interesse pelo mestrado.

Ao pessoal da célula da PUC, principalmente os amigos Ricardo, Reinaldo, Tony que me incentivaram no final.

À todos aqueles que me encorajaram, deram forças e oraram por mim.

Resumo

Esta dissertação analisa três líderes comunitários que exercem o cargo de presidente de associação de bairros, de três bairros da região de Ipiranga, São Paulo, SP, que através das análises dos discursos das entrevistas individuais objetiva perceber se o tipo de trabalho desenvolvido por eles favorece o fortalecimento e desenvolvimento da comunidade local.

Realizaremos uma revisão histórica do movimento popular de bairro, no paradigma clássico de movimento social, e a seguir discorreremos o surgimento e desenvolvimento do referencial teórico da Psicologia Social Comunitária (PSC). Os conceitos de poder e fortalecimento comunitário da PSC que propõe uma liderança democrática que promove a participação dos membros da comunidade.

Concluimos que os líderes analisados, pelas contradições internas da dinâmica das associações que presidem, pelo exercício de um papel de intermediário dos interesses do Estado e a população não propiciam a participação da comunidade e se caracteriza como um movimento despolitizado, clientelístico e assistencialista.

Palavras-chaves: Líderes comunitários, associação de bairro, Psicologia Social Comunitária, fortalecimento comunitário, participação.

ABSTRACT

This work examines three community leaders who exercise the office of president of neighborhood association in three districts of the region of Ipiranga (SP, Brazil). Through the analysis of the speeches in individual interviews, this study aims to understand whether the type of work they perform favors strengthening and development of the local community.

The goal is to bring an historic review of the popular movement of neighborhood, in the classic paradigm of social movement. From this, we will discuss the emergence and development of the theoretical framework of Community Social Psychology and their concepts of power and community empowerment, proposing a democratic leadership that promotes the participation of community members.

We conclude that these leaders do not encourage community participation, because of internal contradictions in the dynamics of the associations which they manage and because they perform an intermediary role between the State interests and the community. Thus, this movement is characterized as non-politicized, clientelistic and paternalistic.

Key-works: Community leaders, neighborhood association, Community Social Psychology, community empowerment, participation.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1	
Delimitação no tempo e espaço	
1.1 – O surgimento da metrópole paulista e suas contradições	14
1.2 – O movimento de bairro popular	18
1.3 – O córrego Francisco Pedro de Toledo, o Córrego dos Ourives e as associações de bairros das comunidades de seu entorno	30
Capítulo 2	
O referencial teórico	
2.1 – A Psicologia Social Comunitária	34
2.2 – O conceito de poder na abordagem da Psicologia Social Comunitária	51
2.3 – A liderança nas comunidades	61
Capítulo 3	
Metodologia e análise	
3.1 – Metodologia	75
3.2 - Análise das entrevistas com os líderes das associações de bairros	77
Considerações finais	107
Bibliografia	109
Anexo: roteiro de entrevista semiestruturada	113

Introdução

O meu ingresso no mestrado, no programa de psicologia social, acontece pelo desejo de me tornar um profissional capacitado para ação social. Fui inicialmente impulsionado por um anseio de superar o mero assistencialismo nas experiências de práticas leigas de ação social com as quais convivi que eram realizadas com famílias de bairros da periferia e também com a população em situação de rua. O assistencialismo segundo Faleiros:

“Consiste na prestação de uma ajuda arbitrária, inconstante e vinculada a relações personalizadas entre aquele que ‘dá’ e aquele que ‘recebe’, com ênfase na subordinação do ato de receber. Quem recebe fica devendo favor, fica obrigado a retribuir a doação numa oportunidade qualquer, com serviços, com lealdade ou com voto de cabresto nas eleições.” (Faleiros 2004:68)

Esta forma de trabalhos sociais foi qualificada por Sawaia de inclusão perversa, pois “consideram que o excluído constitui uma categoria homogênea e inerte, ocupada apenas com a sobrevivência física e presa às necessidades”. (Sawaia, 1999:109)

O assistencialismo, ademais, alimenta a manutenção da ordem social opressora vigente, como discute Fernandez (1994:117): “limitar-se-ia a cuidar dos efeitos perversos de uma estrutura da qual ela própria fazia parte, apesar das boas intenções, funcionaria como um fator de reprodução das mesmas causas geradoras dos mesmos efeitos”.

O valor que sustenta essas práticas é orientado pela “hierarquia capitalista classificatória das necessidades, que privilegia as de sobrevivência e o critério biológico. Primeiro, manter o organismo funcionando, depois vem o resto”. (Sawaia,

2001:125).

O termo “assistencialismo”, assim, adquire conotação de um trocadilho pejorativo. Segundo Fernandez (1994:122), o termo teria origem porque:

“(…) fazer assistência chegou a ser percebido como uma atividade merecedora de censura – o ‘assistencialismo’ virou um termo de acusação. Traria para a atualidade as práticas e os valores deploráveis do sistema de patronagem”.

A insatisfação com práticas dessa natureza por ajudar apenas momentaneamente e não providenciar a melhoria das condições de vida dos atendidos me levou a procurar outras formas de intervenção. Uma oportunidade surgiu por meio da Igreja Presbiteriana Unida Coreana de São Paulo, na qual eu participava, com a equipe de ação social, de uma prática emergencial em uma das comunidades em que se realiza esta pesquisa.

Com apenas um estágio na graduação como experiência na perspectiva da Psicologia Social Comunitária (PSC), na ocasião com a população de rua, sem maturidade acadêmica e pouco domínio das ciências sociais, que são imprescindíveis na psicologia social, me dispus ao desafio de realizar este trabalho.

A proposta de transformação social também me fez passar por transformações pessoais. Inicialmente, estive entusiasmado com o contato com essa nova forma mais comprometida, com o objetivo de promover a mudança das condições de vida e da possibilidade de autonomia. Nesse caminho, todavia, percebi que essa era uma tarefa árdua e me vi solitário em busca desses ideais. Eram raros, inclusive, os colegas que utilizavam essa mesma perspectiva teórica. Também, do ponto de vista da revisão bibliográfica, em muitas ocasiões tive a impressão de a

PSC ser uma abordagem abandonada nos dias em que redijo esta dissertação, encontrando poucos escritos e pesquisas atuais.

Perturbado com essas circunstâncias, surgiram inquietações sobre a PSC, quanto à sua eficácia e à viabilidade dos objetivos propostos, isto é, se de fato tem instrumentos e metodologia pelos quais se pode chegar a tais escopos. Ou o interesse dos psicólogos com a realidade das comunidades pobres teria diminuído? Por quais motivos? Pela falta de espaço profissional nesse âmbito? Por má remuneração desse profissional? Retomando questionamentos parecidos que ocorreram na época do surgimento da PSC no Brasil, por Andery, há cerca de vinte anos.

Ora, meu intuito em utilizar a perspectiva da PSC ocorreu porque ela é uma ferramenta científica que se propunha a intervir diretamente na realidade, o que considerei propício e coerente com a minha concepção da função da ciência. No mesmo sentido da concepção da práxis de Hurtado (1993:45), aquela que “integra dinâmica e dialeticamente a sua prática social, a sua análise e compreensão teórica, a relação entre a prática, a ação e luta transformadora e a teoria que orienta e ajuda a conduzir à ação”.

Além disso, a minha escolha pela PSC se deve ao escopo que coincide com o objetivo e o ideal de atuação profissional: a transformação social.

“(...) o primeiro valor geral, universal, que aparece relacionado com a psicologia comunitária é a transformação social dirigida à obtenção do bem-estar demandado, já que sempre se lhe condiciona ao que as pessoas integrantes da comunidade definam como tal e ao que o intercâmbio de conhecimentos que se produz no trabalho comunitário possa definir como tal”. (Montero, 2004:157).

Entendemos que há a necessidade de mudança social porque a sociedade como se organiza hoje contém estruturas exploratórias e perversidades que afligem as camadas mais pobres e em condições de miséria.

Na perspectiva da PSC, consideramos que as pessoas inseridas nas condições de opressão e exploração também buscam sua libertação e a melhoria de suas condições de vida.

“(…) se se considera que as pessoas com as quais se trabalha como agentes ativos de sua própria transformação, como construtores de sua realidade, então, por que não reconhecer seu compromisso com esta transformação e esta construção? Por acaso não estão interessados em alcançar mudanças possíveis para a comunidade?” (Montero, 2005:242).

Nesse sentido, no lócus comunitário encontramos movimentos autogestores, geralmente organizados em associações de vizinhos. Essas possuem certa institucionalização e hierarquização, de modo que estão formalizados os cargos no organograma. Nos bairros vizinhos (Vila Liviero, Jardim São Savério e Parque Bristol, da periferia da uma região sudeste do município de São Paulo sobre a qual esta pesquisa se desenvolve) não foi diferente. Consideraremos como sujeitos deste trabalho os presidentes das associações, considerando-os líderes comunitários.

Acompanhando os movimentos de organização do bairro, promovidos pela iniciativa de um dos moradores, pude participar de reuniões informais com essas lideranças que se iniciaram no decorrer da pesquisa. Ao conhecê-las, pensando em maneiras de contribuir para a melhoria da comunidade, direcionamos o foco à proposta de realizar uma pesquisa com os líderes que estão no cargo de presidente de associação de bairro, com o intuito de perceber se o tipo de trabalho desenvolvido por eles favorece o fortalecimento e desenvolvimento da comunidade

local – por meio dos relatos da trajetória de vida para se tornar um líder comunitário, da consciência política e suas ações, da opinião deste quanto à participação da sua comunidade e de outras comunidades, da dinâmica da associação e do relacionamento com outras associações da região, por intermédio de entrevistas realizadas com os líderes.

Na literatura sobre o tema das lideranças em psicologia social, foram encontrados os trabalhos de Maria Salete Joaquim (1990), “Militantes de clubes de mães: os efeitos da experiência religiosa em organização popular de mulheres”, e de Betânia Diniz Gonçalves (2005), “Participação e consciência política: análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas”. No entanto, em ambos a liderança é analisada tendo como enfoque a problemática do gênero. Joaquim (1996) também possui uma tese de doutorado a respeito da liderança, intitulado “A liderança das mães-de-santo: dilemas e paradoxos na construção da identidade negra”, cujo enfoque é essencialmente étnico. Além desses, há a dissertação “Desenvolvimento da consciência do militante político: elementos para uma análise”, de Sueli Terezinha Ferreira Martins (1987). Os sujeitos dessa pesquisa eram militantes políticos operários e viviam uma conjuntura histórica diferente, recém-saídos do regime ditatorial. No presente trabalho analisaremos a liderança contemporânea de presidentes de associação de bairro de três bairros da cidade de São Paulo, sob a ótica do fortalecimento comunitário na perspectiva da psicologia social comunitária.

Foi encontrada a pesquisa “Associação de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo”. Realizada na cidade do Rio de Janeiro, é uma pesquisa em uma metrópole diferente, trabalhando a questão da relação com o tráfico de drogas ilícitas.

No primeiro capítulo, realizaremos um panorama histórico do movimento de bairro na cidade de São Paulo, e, em seguida, realizaremos um recorte histórico-geográfico que desenha o cenário do campo de pesquisa.

No segundo capítulo revisaremos a construção do referencial teórico da PSC, o seu surgimento, desenvolvimento epistemológico, os processos psicossociais, os princípios e o conceito de comunidade. Em seguida, pensaremos nos conceitos de poder e fortalecimento e ideologia, assim como descreveremos o conceito de liderança.

No terceiro capítulo explicitaremos a metodologia utilizada, a saber, a observação participante e a entrevista individual de profundidade.

1. DELIMITAÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO

1.1 – O surgimento da metrópole paulista e as suas contradições

As funções fundamentais que cabem ao Estado desempenhar nas sociedades capitalistas são de manter a coesão social e, ao mesmo tempo, garantir as condições gerais de prevalência econômica e política das classes dominantes.

Falar em reprodução das relações de produção implica em considerar o papel do Estado em tal modelo de sociedade em sua dupla determinação: tanto a intervenção econômica do poder estatal é uma necessidade constante e crescente da reprodução capitalista como essa intervenção tem de se dar em todos os níveis que implicam na manutenção do capitalismo, como é o caso das condições urbanas de vida.

No Brasil, com o desenvolvimento do capitalismo após a década de 1930, foi gerado um tipo particular de sociedade urbana especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, além de Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre etc., que se caracteriza pela superconcentração de atividades produtivas e na sua reprodução. A força de trabalho está centralizada nessas metrópoles brasileiras, pois é onde também se concentram o mercado de capitais e o mercado consumidor, fatores indispensáveis para a ampliação capitalista.

Ocorre, então, o fenômeno da urbanização e a expansão de periferias – esta entendida não pela noção geográfica, mas como setores da cidade cujos serviços públicos têm atendimento precário, e cujos valores imobiliários condizem com a condição econômica da população de baixa renda.

Na cidade de São Paulo, na década de 1930, bairros localizados próximo ao centro, como Bexiga, Mooca e Belém tinham habitações que podiam ser alugadas

pelos trabalhadores da cidade paulista.

Na década de 1940, e mais intensamente nos meados dos anos 1950, o aprofundamento da divisão social do trabalho no país provocou a emergência de necessidades sociais e urbanas novas para a sobrevivência da população. Como o aumento da demanda por serviços de infraestrutura (saneamento, encanamento, asfalto, iluminação etc.) e um sistema de transportes coletivos mais rápidos e eficientes, devido à ampliação da distância entre o local de moradia dos trabalhadores e o local onde eles o exercem.

Ademais, a configuração do novo desenvolvimento criou novas necessidades para o sistema educacional, pela necessidade de valorização da mão de obra para o conjunto da força de trabalho.

Por conta da complexificação da vida urbana – com a intensidade e a rapidez de sua concentração, as altas taxas de densidade, a circulação rápida de veículos, o trânsito, o ritmo cada vez mais intenso de trabalho, as doenças nervosas, epidemias e enfermidades em geral – são ampliadas a demanda por serviços de saúde e a instalação de postos de saúde, maternidades e hospitais.

Também surgem demandas de equipamentos sociais e culturais pelas crescentes levas de migrantes, por meio da construção de creches, parques infantis, bibliotecas, centros de recreação, locais para práticas esportivas, áreas verdes.

Soma-se ainda a essa configuração a incorporação da mulher no mercado de trabalho, o que resultou em hospitalização durante a gravidez e a necessidade de assistência às crianças durante o horário de trabalho.

A vida na metrópole exigiu a integração a novos padrões de consumo, e o desenvolvimento de uma rápida capacidade de resposta ao ritmo urbano. A integração nesse ritmo rápido e violento, indispensável ao funcionamento da

metrópole, não podia mais se dar no âmbito das soluções individuais. Ela dependia e exigia soluções globais situadas no âmbito das macrodecisões, só passíveis de serem tomadas no âmbito do Estado.

“É interessante observar, portanto, como o caráter social exigido pela solução dos problemas urbanos confirmava, dessa maneira, aspectos do consenso social, criado pela ideologia dominante, segundo a qual cabia ao Estado, como ‘provedor’ de toda a população (isto é, como um Estado acima das classes), atender às necessidades mais prementes da população, e assim resolver a problemática urbana, que parecia crescer sempre mais.”
(Moisés, 1985:18).

Historicamente, no Brasil, o Estado assumia o papel de suprir os serviços de consumo coletivo, apesar de sua baixa ou nula rentabilidade e proporção de recursos necessários para a realização dos investimentos para supri-los. Parece consenso a ideia de que suprir e administrar os serviços públicos são papéis do Estado.

Na sociedade capitalista, o Estado está comprometido em criar e expandir as condições gerais para a reprodução do capital, e só podia atender à necessidade de modo subordinado, apresentado em três momentos distintos:

- 1) Após 1930, a ação do Estado se concentrou na regulação dos fatores de produção e em uma política indireta de proteção à expansão industrial.
- 2) A intervenção se deu sob a forma de investimentos voltados para a criação de uma base de impulso ao capital industrial (siderurgia, petróleo, construção naval) e de uma infraestrutura destinada a concluir a unificação do mercado e a ampliá-lo (criação de estradas, serviços de produção etc.).

3) O Estado se preocupava em expandir as atividades produtivas e os interesses de acumulação, mas, concomitantemente, escamoteava as necessidades mais imediatas da grande maioria da população, realizando esforços destinados a construir um capitalismo de bases nacionais como uma política dirigida a redistribuir a renda e a ampliar os empregos por meio da industrialização.

Houve apenas alguns momentos, curtos e transitórios, durante a era do populismo que viram o Estado se voltar para o atendimento das contradições geradas pelo desenvolvimento urbano. Entretanto, o populismo não podia se apresentar como uma alternativa real para a solução dessas contradições, por força de suas próprias ambiguidades.

Algumas reivindicações populares são atendidas em parte na primeira fase do Janismo, entre 1953 e 1959, pela prefeitura municipal e o governo do Estado. Ela teve a forma de um movimento social que buscou expressar as aspirações de massa, e por dar alguma atenção às necessidades imediatas das populações da periferia e de atendê-las em parte. Assim, obtiveram certo grau de apoio das massas, que se tornaram também a base eleitoral. Mais tarde, de 1963 até 1967, com Faria Lima, novas tentativas de atender aos interesses populares foram realizadas. Dentre outras coisas, ele reivindicou o retorno da autonomia municipal. Entretanto a conjuntura repressiva pós-AI-5 levou o movimento a se ater às rédeas do poder estatal e a distanciar-se de suas bases.

Segundo Jacobi e Nunes (1985), Jânio Quadros estabeleceu uma prática política que não se baseava exclusivamente na sua manipulação demagógica, exigindo a atribuição de um papel às classes populares na vida da cidade paulista,

mas o Janismo e os demais movimentos populistas puderam oferecer um caminho para solucionar a problemática urbana.

1.2 – O movimento de bairro popular na cidade de São Paulo

O primeiro movimento reivindicatório urbano brasileiro da sociedade civil foi a Sociedade Amigos da Cidade (SAC) que teve início na cidade de São Paulo no ano de 1934, com a preocupação principal voltada ao planejamento urbanístico. É também chamado de velho movimento de bairros. Suas lutas se pautam pela construção de grandes avenidas que ligassem os bairros ao centro, além de uma linha de metrô.

Essa sociedade foi fundada por pessoas influentes e seu primeiro presidente foi o ex-prefeito Prestes Maia. Sua primeira reivindicação foi pela preservação do parque da Mooca, em 1936.

O regimento interno da SAC foi aprovado em 1936 e abrangia 26 departamentos regionais: Sé, Bela Vista, Santa Cecília, Consolação, Vila Mariana, Aclimação, Brás, Ipiranga, Cambuci, Jardim América, Barra Funda, Vila Pompeia, Perdizes, Pinheiros, Mooca, Vila Buarque, Pacaembu, Vila Cerqueira César, Ponte Grande, Pari, Luz, Belém, Penha, Santana, Freguesia do Ó e Higienópolis.

Na década de 1930, as estruturas de poder de decisão política eram dominadas pelas oligarquias rurais. No final da década de 1940, a SAC teve participação em campanhas e debates que objetivava a autonomia política da capital paulista. A camada média, composta pela burguesia liberal, tinha o SAC como canal de participação.

Com a industrialização na década de 1930 e a consequente instalação de

indústrias nos bairros ocorre o crescimento e o surgimento da necessidade de ligação dos bairros com o centro, onde funcionavam os comércios e a rede bancária. No final da década a população era de um milhão de habitantes.

No final de 1936 e em meados de 1937 houve tentativas de criação de entidades independentes da SAC. O desenvolvimento da indústria leva ao aparecimento da classe popular, deflagrada pelas iniciativas da esquerda.

As forças políticas nacionais se alteraram com a passagem do rural para o urbano, da produção agrícola para a industrial. Houve, então, um crescimento no contingente populacional na metrópole, e esse crescimento levou também a subdivisões da SAC. Além da emergência de movimentos de mobilização popular, surgem as Sociedades Amigos de Bairros (SAB), nas quais os bairros tinham a sua própria organização independente.

As SABs nascem para atender a necessidades concretas e ser canal de representação popular, mecanismos de mediação política entre a população e o poder. Por outro lado, também foram espaços de manipulação política pelo poder público.

Para Moisés (1985), as SABs na capital paulista também são a expressão das novas demandas sociais e urbanas dos interesses do processo de fixação dos migrantes na metrópole.

“A própria fixação desses migrantes, em São Paulo, implicou a explicitação de interesses próprios desses contingentes populacionais, os quais frequentemente não encontravam resposta às suas carências por parte das políticas implantadas pelo poder público. Falar de interesses sociais é falar de conflito, porque a sua expressão, em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, só pode se dar pela organização e luta coletiva, que tem de ir abrindo “um lugar ao sol” em meio a imensas limitações existentes a qualquer manifestação popular”. (Moisés, 1985)

Os Anais do Primeiro Encontro das SABs (1968) afirmam “tratar-se de uma reação popular ou de lideranças para com o poder público, à vista da insensibilidade das autoridades com as reclamações populares”, ao explicar o motivo do surgimento. As SABs eram movimentos de reação e resistência. (Gohn 1982:38)

As SABs são uma reação democrática, caracterizando-se como uma complementação dos recursos sociais oferecidos pelo poder público.

Na década de 1950, as Sociedades Amigos de Bairros têm um crescimento quantitativo. Estas se tornam um elo de participação e de espaço reivindicatório das classes populares. Os líderes dessas organizações de bairro eram vinculados a determinados políticos que tinham um papel importante nos pleitos eleitorais. Muitas vezes transcenderam os objetivos centrados no bairro e adquiriram conotações políticas. Fizeram-se notadas nas forças da política municipal, em sua luta pela conquista dos direitos de cidadania. Nessa primeira fase o movimento das SABs tem característica reivindicativa, atuante e representativa.

Na década de 1960 foi criada a Confederação Geral, porém, com as mudanças político-institucionais ocorridas em 1964 pelo golpe militar, as SABs sofreram alterações. O regime repressivo ditatorial esvaziou o movimento, que perdeu o caráter de defesa dos interesses do bairro. As lideranças dessas organizações civis foram cooptadas pela política oficial, e muitas perderam o seu papel reivindicatório e de mobilização frente aos problemas urbanos para ter uma função basicamente associativa, seu poder de barganha nos pleitos eleitos que fortalecia o movimento foi retirado. As SABs se ligam a políticos locais, que passam a funcionar como interlocutores dos problemas do bairro, intercedendo junto ao Estado, substituindo as práticas anteriores por uma mediação burocratizada. Elas se

tornam um reduto de práticas assistencialistas e, assim como nos sindicatos, tornam-se dominadas por lideranças pelegas, porta-vozes da política oficial.

Nesse cenário surgem as Comunidades Eclesiais de Base como alternativas. Tornam-se um refúgio de espaço público possível para discussões e participação das classes populares.

Após a mudança no regime político em 1964, o movimento das SABs tem uma segunda fase até 1974. Com a ditadura militar ocorre uma desarticulação, sendo algumas Federações e Confederações fechadas, mas ele sobrevive ainda nas periferias, sob o custo de abdicar a função de ser um instrumento de pressão social e reivindicação, e passa a ser um órgão de integração social. Essa mudança foi impulsionada pelo próprio órgão público. As SABs se tornam agentes de “prestação de serviços” à coletividade.

Observam-se, assim, duas constantes no movimento. Uma dualidade entre pressão e integração de caráter associativo para a manutenção do *status quo*.

Nessa segunda fase, como os prefeitos e os governadores eram nomeados, não eram necessários votos para apoiá-los, de modo que a força de barganha que tinham ante esses políticos é anulada. A política muda em estilo e conteúdo, porém as relações políticas ainda eram caracterizadas pelo favoritismo e clientelismo, ao que muitos aderiram ao partido da situação. As SABs passam a realizar o papel antes desempenhado pelo vereador e tornam-se agentes de recreação, perdendo seu papel reivindicatório. Assim, os líderes ativistas são substituídos por líderes administrativos e muitos militares fizeram parte dos quadros das diretorias.

Mas o movimento das associações de bairros cresceu pela expansão populacional das periferias nos anos 1960 e pela política do prefeito Faria Lima, que

de 1965 a 1969 atendia semanalmente às terças-feiras os líderes dos bairros.

É nessa segunda fase também que ocorre o primeiro encontro das SABs da Grande São Paulo, com aproximadamente 200 SABs. Os temas principais discutidos foram: transportes e trânsito, educação, cultura e recreação, saúde e higiene, água e esgotos, custo de vida e abastecimento, energia elétrica e enchentes. Além da discussão sobre os problemas nos bairros, foi lembrado também o processo de urbanização de São Paulo, situando historicamente quanto ao ciclo do café, os imigrantes, a industrialização da década de 1930 e a aceleração industrial após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido registrados nos “Anais do 1º Encontro”.

Também foi nesse encontro que foi criado o Conselho Coordenador das Sociedades de Amigos, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo, que substituiu a antiga Confederação Geral das SABs, o órgão máximo do movimento.

As SABs são entendidas como entidades de expressão da opinião pública e de ação popular diante de um atraso na execução dos serviços públicos de implantação de equipamentos urbanos mínimos em relação ao crescimento da cidade. E tal atraso ocorreria devido a uma máquina administrativa obsoleta, escassos recursos municipais e administração das legislações tributárias.

Os anais nos levam a concluir que: eles tomam consciência da força que teriam quando aglutinados; ocorre uma separação entre os delegados e o povo; deveriam estabelecer um plano de ação que auxilie o poder público; além da ideia de que os problemas seriam solucionados com componentes da ideologia nacional-desenvolvimentista e proteção à indústria nacional. A aglutinação entre as SABs de fato ganhou força e forneceu subsídios para planos de integração social às classes populares, em especial no que se refere a lazer.

Eles reivindicavam também a autonomia político-administrativa do município

de São Paulo. A politização desses líderes apontava para um projeto novo, manifestando uma emergência de uma vontade coletiva. As classes populares seriam emancipadas pelo exercício da democracia, com a eleição de seus próprios representantes.

Em meados de 1969 a organização municipal da capital paulista é descentralizada em Administrações Regionais, o que foi um golpe para as SABs, pois as reivindicações passaram a ser absorvidas em nível local, sendo os responsáveis os técnicos das regionais.

No início da década de 1970 surge um órgão administrativo do governo municipal que é a Secretaria do Bem-Estar da Prefeitura, configurando uma nova forma de relacionamento entre as SABs e o poder público. Foi em 1970 que se realiza um “Estudo e Levantamento das Sociedades Amigos de Bairros do Município de São Paulo”; além de palestras, discussões com os técnicos de diferentes secretarias municipais quanto às necessidades locais, preparo de despachos com o prefeito, realização de cursos, reativação de departamentos femininos das SABs, atividades de recreação e lazer em datas comemorativas e distribuição de benefícios por ocasião do Natal.

Na administração de Maluf é instituído o Dia das Sociedades Amigos de Bairros, sendo realizada uma festa comemorativa em 1971, patrocinada pela prefeitura.

Nos anos de 1972 e 1973, em anos eleitorais, o prefeito Figueiredo Ferraz também realiza atendimentos aos líderes dos bairros, porém com normas burocratizadas.

No I Seminário das Sociedades Amigos de Bairros de São Paulo foi discutida a atuação dessas entidades, passando de reivindicatória para prestadora de

serviços sociais. Os temas básicos foram a orientação e o treinamento para prestação de serviços à comunidade, e teve a participação de cerca de 500 entidades e 700 delegados de SABs. O movimento foi definido como movimento de Ação Comunitária permanente, de iniciativa puramente popular. E cada unidade ficou encarregada de realizar uma série de cursos para formação de líderes comunitários e de sugerir as atividades e serviços para seus respectivos bairros.

As considerações finais que chegaram foram: a elaboração de um plano-piloto que seria seguido em cada unidade; a elaboração de pesquisas contínuas da comunidade; a instituição de um curso de administração de SAB; reuniões com grupos de cinco a dez famílias; e restituição de parte do imposto predial para que seja investida pela prefeitura na ação comunitária.

Desse seminário criaram-se grupos de planejamento das Administrações Regionais (AR) interligando as SABs com os poderes públicos. As ARs tiveram que criar Conselhos Regionais integrados por delegados das SABs, que foram atreladas ao poder público, sendo o seu papel prestar serviços à comunidade, e o papel da liderança passa a ser de um “agente intermediário”, e não mais um representante da população. Foi nesse período da década de 1970 também que se tem o processo de renovação por meio de eleições, com mandato de dois anos e direito à reeleição.

Segundo Gohn (1982:49), houve um movimento contraditório nesse encontro. Era apresentado como ideal a autonomia das SABs, porém requeria a regulamentação em esfera federal. O poder público também se manifestara contraditório, isolando e criticando os políticos quando precisavam demonstrar apoio às SABs.

Após o encontro, o órgão público que passou a ter maior atuação com as

SABs foi a extinta Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura (SEBES), que elaborou um manual de orientação às SABs e realizou seminários locais.

Em 1974, as ARs passaram a atuar junto às SABs pelas Unidades de Desenvolvimento Comunitário. O programa criou equipamentos principalmente de natureza esportiva e recreativa sendo administradas pelas SABs.

Segundo Gohn, o movimento das SABs, em seu início, reivindicava melhorias do bairro cujos problemas básicos são referentes à infraestrutura urbana, porém a elas foram atribuídas outras atividades, como de lazer e social. Essa seria uma contradição básica entre as necessidades da população e as medidas tomadas pelo Estado. As necessidades da população referentes aos equipamentos urbanos são concretas e surgem em processos históricos determinados, e a satisfação dessas necessidades básicas remete à reprodução da força de trabalho. A contradição dessa ação do Estado frente às demandas das SABs objetivou a coesão social pela cooperação, sendo que as relações sociais na sociedade capitalista são caracterizadas pela competição. Essa segunda fase foi marcada pelo assistencialismo, porém foi um dos raros canais de acesso à população.

Em 1974, na terceira fase do movimento, as SABs são lembradas e reutilizadas com falsa participação dos moradores da periferia. Elas passam a ser peças auxiliares na elaboração de programas para o povo, como as ruas de lazer e os centros comunitários. Elas passam a ser acionadas para proporcionar programas às populações das periferias e gerar apoio político.

No ano de 1975 há a realização do I Encontro da Comunidade. Com a participação de 36 entidades, o Conselho Coordenador das SABs esteve no encargo da coordenação do encontro, no qual foi elaborada a “Carta de São Paulo” – um documento com reivindicações para que a população participasse dos destinos da

cidade e elege-se seus principais representantes. O Encontro resulta na pressão para que a população tenha representatividade e para que a administração pública recupere o prestígio junto à população.

Meses após o encontro é lançado um decreto atrelando os vereadores aos líderes das SABs, bloqueando sua autonomia ao subordiná-las à administração municipal, valorizando os vereadores. Essas sociedades, para serem declaradas de utilidade pública (interesse da maioria das SABs), deveriam obedecer aos requisitos de estruturação e objetivos propostos pelos manuais das SEBES, que orientam as SABs para que organize a população do bairro para planejamento de solução de seus problemas. A principal função de uma SAB passaria a ser formar mutirões para resolver os problemas de seu bairro.

Os manuais das SEBES incentivam as SABs a se organizarem em plenários, a fim de procurar solução para a região e para a cidade no que diz respeito a transporte coletivo, escolas, postos telefônicos, postos de saúde e centros sociais. Elas passam a ser os principais articuladores das iniciativas do governo.

As SABs também receberam a orientação quanto às atividades internas, disciplinando cargos e funções, fazendo com que um órgão oficial ditasse as normas de uma entidade voluntária, o que foi um golpe à sua autonomia. A interferência das SEBES nas SABs tinha o cunho ideológico de integração entre os bairros, incentivando as populações periféricas a se aglutinarem em torno de problemas cotidianos.

Com a criação do Conselho da Cidade, a Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A), um órgão técnico ligado à Secretaria dos Negócios Metropolitanos Públicos, atua junto às SABs. Em novembro de 1975 é realizado o I Seminário de Assuntos Metropolitanos com mil dirigentes de SABs da

Grande São Paulo. No ano de 1976 ocorrem plenários regionais com os seguintes temas: defesa do consumidor; uso do solo; recursos hídricos na Grande São Paulo; planejamento metropolitano e participação popular; e transportes na Grande São Paulo. No ano seguinte são realizados debates em torno do uso do solo, os loteamentos clandestinos e o projeto de lei sobre a nova lei de zoneamento para a capital paulista.

É também nesse período, de 1977 a 1980, que os movimentos de bairros se articularam com outros movimentos populares, como as lutas por creches, transportes e loteamentos clandestinos. Os movimentos de bairro foram pontos de apoio às greves em 1978 e 1979, articulando-se com o movimento sindical (Gohn, 1991:54).

No ano eleitoral de 1976 é instituído pelo poder público, mais uma vez, o Dia das Sociedades Amigos de Bairros. Elaborado o plano das ruas de lazer, a população tem o direito de organizar suas atividades por meio das SABs.

Após 1982, na quarta fase do movimento das SABs, é recuperado o papel de agente político intermediário dos parlamentares e administradores públicos no bairro, atuando por intermédio de espaços criados pela burocracia estatal, em políticas participativas e comunitárias.

Também nessa fase é criado o Conselho Nacional de Associações de Moradores (CONAM). Foi pouco representativo, pois foi criado por decisão de algumas lideranças articuladas com políticas partidárias, sem um processo de discussão com as bases e pelo crescimento de outras formas organizativas das demandas populares, como as associações de favelas, com projetos políticos diferentes (Gohn, 1991).

Foram realizados nove congressos nacionais, com o último em maio de 2005,

em Brasília, com a presença de mais de dois mil delegados.

As SABs foram relevantes na configuração do espaço urbano nas periferias, por meio da reivindicação por ruas, praças, equipamentos, demarcando lotes, denunciando irregularidades nos processos construtivos. Elas elaboraram propostas e projetos urbanos e participaram da mão de obra de projetos, valendo-se de mutirões. A história da educação pública dos 1º e 2º graus e os equipamentos de saúde passam, ambos, pelas demandas das SABs.

As linhas obtidas pelo movimento, em suas linhas finais nos bairros, mobilizaram o surgimento de panificadora, birosca e casa de material de construção, gerando novos universos de relações sociais.

As sedes das SABs, quando existentes, atuam como uma espécie de clube local. Os campos de futebol nos bairros das periferias, em sua maioria, foram obtidos pelas lutas das SABs.

Gohn (1982) conclui que o movimento das SABs é relativamente autônomo. Apesar de ter a iniciativa espontânea e voluntária, a sua neutralização era facilmente obtida, e é uma entidade facilmente susceptível de sofrer a interferência e o controle do poder estatal. Porém, são entidades juridicamente desvinculadas do sistema administrativo e são órgãos criados pela sociedade civil, podendo ser um espaço de participação e mobilização por pessoas que não estejam vinculadas aos poderes públicos e que defendam os interesses da população.

As associações de bairros, segundo Bresciani (apud Santos, 2003), aparecem após a abertura política pós-ditatorial e se originam pela “espontânea participação e organização dos moradores (...) para a melhoria da qualidade de vida dos bairros e, conseqüentemente, da cidade, pois representam uma força associativa que pode provocar as autoridades na tomada de atitudes concretas em prol da comunidade”.

O mesmo autor, Bresciani (2003), diz que uma associação, além de ser um representante político da comunidade, pode atuar de maneira autônoma, executando projetos em benefício da coletividade por meio dos incentivos de leis fiscais. É necessário ter uma legislação, uma diretoria eleita pela população, reguladas por um estatuto social aprovado pelos moradores e registrada em cartório. Nela devem conter as atividades realizadas, os nomes dos participantes da associação, como deve atuar a diretoria, a descrição do processo eleitoral com atividades realizadas há um ano pelo menos, com registro em Ata para a comprovação. A associação passa da condição de um movimento sociopolítico reivindicatório a uma organização autônoma, que realiza e executa os seus próprios projetos.

Isso visaria à conquista dos direitos básicos e ao fortalecimento de laços de integração, cooperação e amizade entre a população do bairro.

As associações de bairros, no paradigma dos movimentos latino-americanos de Gohn, são parte dos antigos movimentos urbanos populares. São lutas por “necessidades materiais básicas elementares à sobrevivência, direitos sociais básicos elementares” (Gohn, 2005:228). Para este estudo, entendemos que as SABs, União de Moradores, Associação de Bairro, Associação de Vizinhos são da mesma categoria no estudo dos movimentos sociais, a saber, o movimento popular de bairro. Reivindicam, basicamente, serviços básicos e equipamentos coletivos básicos como habitação, água, luz, saneamento etc.

A seguir é realizada a descrição do contexto em que os movimentos associativos de moradores do presente estudo se inserem.

1.3 – O córrego Francisco Pedro de Toledo, o Córrego de Ourives e as associações de bairros das comunidades do seu entorno.

Na região sudeste da cidade de São Paulo, no distrito de Sacomã, encontramos três bairros adjacentes: Vila Liviero, Parque Bristol e Jardim São Savério. Percorre por esses bairros um córrego a céu aberto. A parte do córrego em Vila Liviero é uma região denominada Itapira-Buriti, que faz divisa com o município de São Bernardo do Campo, no Bairro Suíço. A sua divisão é marcada pelo córrego, chamado de Ourives. No entorno do córrego temos a presença de três favelas: São Pedro, São Pedrinho e Santo Antônio. Subindo pelo curso do córrego, agora denominado Francisco Pedro de Toledo, temos a parte que percorre o bairro de Parque Bristol e, mais acima, o Jardim São Savério, onde se localiza a nascente do córrego.

O terreno onde as comunidades se localizam pertence à indústria automobilística Ford, e foi cedido para usufruto por noventa e nove anos para a população há vinte e quatro anos, na época da legislação do prefeito Jânio Quadros (1985).

Nessas comunidades estão construídas casas de alvenarias à margem do córrego e, sob este, barracos de palafitas. Quando há um excedente de volume de água em dias de chuva o córrego se enche, inunda essas habitações e muitos dos pertences desses moradores são perdidos (camas, colchões, fogão, geladeira, armários, roupas, televisão etc.). Uma equipe da subprefeitura de Ipiranga vem no dia seguinte com cestas básicas, colchonetes e cobertas.

Nesse cenário, existem três associações de moradores, uma em cada bairro. Para esta pesquisa, entenderemos que a associação e a união de moradores

compõem movimentos populares de bairro com a mesma demanda.

Além desses movimentos, encontramos na Vila Liviero mais distante do córrego, a Sociedade Amigos da Vila Liviero e a ONG Associação Brasileira Pró Bem-Estar Social.

Quanto aos equipamentos, existem no bairro de Vila Liviero um CEI, uma EMEI e três escolas: Enfil, José do Patrocínio e Leão Machado.

No bairro do Parque Bristol se encontra a UBS / AMA Pq. Bristol, o CIEJA Clóvis Caetano Miquelazzo, a Escola Estadual Júlio Collaço e o núcleo do Programa Ação Família, ligado ao projeto União de Núcleos e Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (Unas).

E no bairro de Jardim São Savério há a CEI Jd. São Savério, a Creche São Savério, o Centro Comunitário da Criança e do Adolescente (CCCA) Sacomã, a EMEI Parque Bristol, a Escola Estadual Dr. Álvaro de Souza Lima e a Nossa Senhora da Moradia.

A região de Ipiranga possui 2,1% da população em alta vulnerabilidade social, com 9.004 habitantes e 6,9 % de muito alta vulnerabilidade social, sendo 29.505 habitantes nessas condições¹.

Abaixo temos o mapa da região² onde as associações se localizam, desde a nascente do córrego na Rua Viagem ao Céu, no bairro de Jardim São Savério, passando pelo Parque Bristol, até chegar na Vila Liviero na região de Rua Francisco de Torres.

Após esse mapeamento do campo de pesquisa, realizaremos a seguir a

¹ Dados Seade / Ano 2000

: <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/subprefeituras.php>

fundamentação teórica.

A - Seu surgimento, desenvolvimento e processos.

A psicologia comunitária na América Latina é uma vertente da psicologia social que nasce na década de 1960, de uma crise teórico-epistemológica da psicologia praticada na época e pela preocupação com o contexto político-social e econômico de desigualdade desses países, o que se reflete em problemas como fome, miséria, altos índices de desemprego, analfabetismo, doenças, condições precárias de moradia, falta de serviços básicos, entre outros.

Nomes como Ignacio Martín-Baró (1985), com a Psicologia da Libertação, em El Salvador; Maritza Montero (1984) na Venezuela; e Sílvia Lane (1980), no Brasil, são considerados os pioneiros. Em outros países destacam-se Irma Serrano Garcia, em Porto Rico; na Costa Rica, Teresita Cordeiro; e Ignacio Dobles e Enrique Saforcado, na Argentina.

Seu surgimento se deve à realidade sociopolítica dos países desse continente. Segundo os autores Góis (2004), Montero (2004) e Filho (2005), é uma reação que se dá em dois campos:

- 1) Científico-acadêmica: contrapondo à psicologia importada, caracterizada de a-histórica, psicologizante, mecanicista, reducionista, incompleta, parcial e inadequada à realidade das problemáticas vividas pela população latino-americana.
- 2) Social: pois a psicologia praticada tinha um caráter elitista, na qual as classes populares não tinham acesso aos serviços dos profissionais psicólogos. Por isso também adjetivada de ideológica. Silva (1999) descreve que as pesquisas realizadas em psicologia social da época objetivavam o

aprendizado de condutas e atitudes que minimizam os conflitos, para formar cidadãos concordatos e harmoniosos, socializados para garantir a produtividade.

Ante uma psicologia praticada estranha às necessidades vivida pela população surge o desejo de aproximar a psicologia das camadas populares. Isto é, de construir uma psicologia que responda aos problemas sociais emergentes em vários países da América Latina.

O Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, passava por uma mudança econômica significativa de modernização por meio do movimento desenvolvimentista, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961), implicando na transição de um modelo agropecuário para o industrial, no qual muitos migraram dos campos para as cidades.

Nesse cenário histórico, havia trabalhos de cunho paternalista e assistencialista realizados em comunidades de baixos recursos.

Nos anos 1960, há um alto índice de desemprego e carestia. Ocorrem manifestações populares com debates políticos e buscam-se alternativas para as necessidades básicas da população com a participação de entidades civis, político-partidárias e sindicatos, e as ligas camponesas reivindicam sustento na terra.

Em meados dos anos 1960, na psicologia, houve a preocupação da prática de uma psicologia social que fosse útil à realidade do dia a dia da maioria da população. Foi onde se iniciou a participação dos psicólogos, primeiramente com os professores Sílvia Lane e Alberto Andery e seus alunos, inseridos em um bairro da periferia paulista, na zona oeste (em Osasco), com núcleos de pesquisa ou de estágio, como uma reação à psicologia a-histórica, psicologizante,

descontextualizada da realidade brasileira que era praticada na época. Foi a prática da psicologia em setores menos privilegiados, caracterizada assim por Andery (1984: 207):

“Psicologia na comunidade que pretende aproximar-se das classes populares, ajudando-as na conscientização de sua identidade psicossocial de classes submissas e dominadas, como primeiro passo para a superação dessa degradante situação de submissão.”

Foi durante essa mesma década que surgiram novos conceitos que contribuem para a psicologia social, listados dessa forma por Góis (2004): mudança social, ideologia, alienação, representação social, identidade social, sentido psicológico de comunidade, empoderamento, grupo social, apoio social, realidade socialmente construída, atividade, investigação-ação-participante, sujeito histórico-social, consciência crítica, conscientização e outros.

Segundo Bomfim (1989), já em 1960 havia trabalhos realizados por psicólogos junto às Comunidades Eclesiais de Base em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, ou em volta Redonda.

No Brasil, a carreira de psicólogo comunitário vai se iniciar em 1970, com a implantação dessa disciplina na grade curricular do curso de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

É também na década de 1970 que surgem os primeiros cursos de psicologia comunitária, que trabalhava com questões ligadas à higiene, saúde e melhoria da qualidade de vida.

Em 1974, na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação do professor Pierre Weil, tem início uma disciplina de Psicologia Comunitária no curso de Psicologia, com enfoque na ecologia humana (Bomfim, 1989). Em 1975, em

Porto Rico, é criado o Programa de Psicología Social Y Comunitaria en el Departamento de Psicología de la Universidad de Puerto Rico. E em 1976 o primeiro curso de pós-graduação, nível mestrado, na Universidade Federal da Paraíba.

Nas décadas de 1970 e 1980 surgem a AVEPSO (Associação Venezuelana de Psicologia Social) e a ALAPSO (Associação Latino Americana de Psicologia Social); em 1979, o Comitê Gestor de Psicologia Comunitária afiliado à Sociedade Interamericana de Psicologia; e em 11/07/1980 a ABRAPSO no Brasil, com o tema: “A psicologia social como ação transformadora”. Assim, iniciam-se as discussões metodológicas nesses encontros científicos, onde se reúnem outros profissionais, além dos psicólogos.

Muitos psicólogos saíram de consultórios, escolas e organizações e se inseriram em bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, cortiços, bairros de periferia, unidades de saúde, hospitais públicos, instituições asilares, conselhos tutelares, varas da infância e da adolescência e família, sindicatos etc.; e passaram a se denominar psicólogos comunitários. Eles realizavam reuniões que discutiam as necessidades da população, faziam levantamentos e descrições das condições de vida onde estavam inseridos quanto às deficiências educacionais, culturais, de saúde, moradia etc. Participavam de passeatas, mobilizações e abaixo-assinados e realizavam assistência psicológica gratuita.

O surgimento da Psicologia Comunitária no Brasil coincidiu com o período ditatorial (1964-1984), de modo que os profissionais psicólogos que atuavam nas comunidades tinham um caráter clandestino.

Segundo Freitas (1998), a institucionalização do espaço do psicólogo com a população mais pobre foi possível inicialmente em postos de saúde. Depois, no

início dos anos 1990, em sindicatos, movimentos sociais, ONGs, Prefeituras e instituições de ação social.

Freitas (1994), em sua tese de doutorado, defende que esses psicólogos que atuavam em contextos comunitários não praticavam necessariamente uma psicologia comunitária que é a práxis de uma psicologia social crítica e histórica. Dentre aqueles que se denominavam psicólogos comunitários havia diferentes vertentes de trabalhos realizados. A autora qualifica-os em clínicos, não-clínicos; psicodinâmicos, não-psicodinâmicos; social, não-social; positivista e não-positivista; pesquisador e não-pesquisador. Ou seja, havia uma heterogeneidade de métodos e concepções em trabalhos de psicólogos nas comunidades.

Ela também discute sobre as diferenças nominais, em que os psicólogos que atuavam nas comunidades designaram o momento histórico e cada qual tinha um enfoque:

- Psicologia na comunidade – “Reação à crise com relação aos modelos importados e elitistas, além da preocupação em vincular a Psicologia à vida da população mais pobre.” (Anos 1960 1970)
- Psicologia da Comunidade e Psicologia de Comunidade – “Relativa às práticas com respeito às questões de saúde e aos movimentos de saúde mental”. (1985-90)
- Psicologia Social Comunitária – “Compreende o homem como sócio-historicamente construído e ao mesmo tempo construindo as concepções a respeito de si mesmo, dos outros homens e do contexto social. Utiliza-se do enquadre teórico da psicologia social, privilegiando o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e

individual por preceitos eticamente humanos”. (A partir dos anos 1990).

A psicologia comunitária latino-americana é, então, a práxis de uma psicologia social crítica tendo um componente interventivo; com componente histórico, que reconhece o contexto em que a comunidade está inserida, tendo clara a sua realidade, chamada de Psicologia Social Comunitária. Considera a sociedade dividida em classes, tem compromisso político com caráter militante, voltado para a causa dos oprimidos, visando à transformação social pelo “aumento progressivo de poder e controle das pessoas sobre seu ambiente para reduzir a opressão e melhorar a sua qualidade de vida”. (Wiesenfeld 2002:66) Tem como processo central a conscientização. Além disso, Montero (2004) postula os processos psicossociais comunitários da problematização, desnaturalização e desideologização como processos interventivos.

Suas categorias de análise, segundo Lane, seriam três: atividade, consciência e identidade, que são mediadas pela linguagem (Lane, 1996).

A PSC tem a visão de sujeitos históricos, “considerados produto e produtor de sua história pessoal e da sociedade” (Lane, 1991), enfocando o potencial dos indivíduos que compõem a comunidade.

Os aportes da psicologia social crítica e histórica referidos são: os conceitos de ideologia; processos de formação de consciência e construção da identidade social; processos grupais e relações cotidianas; expressões e construções culturais e populares; além de linguagem, emoção e afetividade (Freitas, 1998).

Outros autores definem a psicologia social comunitária:

Góis (2004:142):

“... a Psicologia Comunitária está centrada em dois grandes modelos: o do

desenvolvimento humano e o da mudança social (busca de alternativas sociopolíticas), os quais partem de uma visão positiva da comunidade e das pessoas. Nesses modelos está presente o reconhecimento da capacidade do indivíduo e da própria comunidade de serem responsáveis e competentes na construção de suas vidas, bastando, para isso, a existência de certos processos de facilitação social baseados na ação local e na conscientização.”

E nas palavras de Montero (294:2004):

“Ramo da psicologia cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controle e poder que os indivíduos podem exercer sobre seu ambiente individual e social para solucionar problemas que os afligem e conseguir mudanças nesses ambientes e na estrutura social”.

A PSC, então, tem como estratégia atuar inserida na camada popular, para que os oprimidos tenham participação na reivindicação dos seus direitos e o psicólogo social comunitário tenha lugar nesses aparatos civis que Gramsci considera como um terreno privilegiado de transformações políticas. E qual o papel da PSC diante desse contexto? Para Filho (2005:127):

“a psicologia social comunitária trabalha para o fortalecimento da sociedade civil, para que sujeitos organizem-se coletivamente, desenvolvam uma clara consciência de seus direitos e deveres como cidadãos, assumindo uma posição política explícita e voltada à garantia da cidadania àqueles que têm sido submetidos à opressão da classe dominante”.

Com o fim de lutar pela sociedade democrática é necessária a participação popular, que se impulsiona pela conscientização dos direitos e da responsabilidade de reivindicar por eles por meio da organização para a ação coletiva, para ganhar visibilidade e fazer pressão. E, para a participação política, é necessário um

desenvolvimento da consciência crítica. Ora, o “objetivo do conhecimento crítico da realidade não tem um fim em si mesmo, mas na necessidade urgente de transformar essa realidade”. (Oliveira, apud Zonta, 2006)

Sawaia (1999:45) considera que a PSC “só toma consciência e revisão crítica da sua intencionalidade com o domínio da matriz marxista. Os sujeitos tomam consciência de classe, de exploração e alienação para se organizar a resistir e reivindicar seus direitos”.

Nascimento (1990:18) reforça essa ideia, referindo-se à psicologia comunitária em um contexto de uma sociedade capitalista industrial: “só é possível o estabelecimento de vivências comunitárias a partir do momento em que os indivíduos adquirem uma consciência de classe”.

Assim, o processo de conscientização, dentre outros fatores, se refere à percepção da condição de classe, das diferenças de classe e das origens dessas diferenças.

Na construção e desenvolvimento da PSC houve influências de outras áreas das ciências humanas, como a educação popular de Paulo Freire (1974), que não era meramente uma proposta pedagógica, mas crítico-política de libertação e com proposta de conscientização de seu papel do agente histórico e político do cidadão comum; e Orlando Fals Borda (1959), sociólogo que utilizou o método de pesquisa participante, que era explicitamente comprometido com a camada popular e seus processos de organização e participação política.

A pesquisa participante e a pesquisa-ação são os métodos de pesquisa de preferência da PSC, pois têm um princípio básico de relacionar teoria e prática, sendo uma prática de pesquisa interventiva.

A PSC tem também uma proposta interdisciplinar e dialoga com os

conhecimentos das ciências humanas, principalmente as ciências sociais.

B – As origens da Psicologia Social Comunitária

A psicologia social-comunitária tem como precursor a psicologia comunitária dos EUA, na qual os psicólogos realizam movimentos preocupados com a saúde mental, com prevenção e intervenção, no modelo terapeuta-paciente.

Houve duas conferências nos EUA, de 1965 a 1975, em Boston e Austin. E de 1975 a 1989 houve um movimento de prevenção em saúde mental. Em meados dos anos 1960, setores marginalizados reclamavam por justiça social e apoio dos governos, e os psicólogos buscavam espaços para que pudessem participar das formulações das políticas públicas a respeito das enfermidades mentais. Caplan, em 1961, desenvolvia medidas preventivas dos sofrimentos mentais em crianças.

Silva (1999) refere-se a três tipos de arranjo na psicologia comunitária estadunidense:

- Arranjo popular: de caráter assistencialista – Prática da clínica na comunidade, tendo como eixo central a saúde mental e visando à modernização.
- Arranjo crítico: transformador – Psicologia militante que privilegia a prática revolucionária.
- Arranjo teórico – O psicólogo orienta na busca de espaços de socialização para superar o sofrimento psicossocial.

Primeiramente, em maio de 1965, houve o congresso Conference on the

Education of Psychologists for Community Mental Health, realizado por psicólogos sociais, clínicos e escolares em Swampscott, Massachusetts, no qual foram discutidas, além da formação, novas práticas em comunidades, enfatizando saúde mental, desinstitucionalização do tratamento às doenças mentais e a ênfase ecológica (Montero, 2004).

O segundo momento, de 1975 a 1989, surge da necessidade de delimitação, pois a saúde mental tinha um objetivo estreito, e os fatores ambientais eram gerais. Assim, buscaram-se novos paradigmas considerando: a) a relatividade cultural; b) a diversidade humana e o direito das pessoas a aceder aos recursos da sociedade e eleger suas metas e estilo de vida; c) ecologia, no sentido do ajustamento entre o indivíduo e o ambiente.

Um terceiro momento dedicou maior importância aos problemas sociais e à abordagem interdisciplinar. (Wiesenfeld apud Newbrough, 2000)

Este modelo de psicologia comunitária era uma crítica ao modelo hegemônico hospitalocêntrico de tratamento (Silva, 1999).

Góis (2004) relata uma análise realizada de 481 abstracts da base de dados de Psychlit do período de 1988 a 1998 da biblioteca da Universidade de Barcelona, Vall d'Hebron, que constata um enfoque clínico-comunitário.

Ao mesmo tempo, vale mencionar que na Europa também emerge um movimento de saúde mental na Itália, de uma psiquiatria democrática liderada por Franco Basaglia.

De acordo com Sawaia (2000), a psicologia norte-americana era voltada para a modernização de setores atrasados e pobres, com o objetivo de adaptá-los ao capitalismo avançado. O que se distingue da prática comunitária latino-americana de mudança na sociedade exploratória, caracterizando-se como uma revolução cidadã.

Montero alega que a preocupação com a mudança social para o desenvolvimento e a superação da pobreza e da dependência é um denominador comum junto à maioria dos autores da psicologia social comunitária latino-americana no período entre 1977 e 1980.

Em sua origem, a PSC nasce concomitante à Psicologia Política. Um dos objetos de estudo da psicologia política são as dinâmicas dos movimentos sociais, que têm demandas conflitivas em um campo finito de recursos e têm que realizar ações coletivas de protesto. Elas são a mobilização de redes formais e informais (nestas, fazem parte as redes de solidariedade). Existem os movimentos consensuais que não designam um adversário, por não terem demandas conflitivas.

Nos movimentos sociais clássicos, como greves, sindicatos e partidos, os trabalhadores organizam-se para pressionar os capitalistas e o Estado e, assim, melhorar suas condições de vida e de trabalho com a obtenção de serviços e benefícios de saúde, previdência e assistência, que são regulados pelo Estado. Uma parte da riqueza produzida pelo próprio trabalhador é destinada a ele pela pressão dessas lutas sociais. Somam-se as lutas por salário, benefícios, moradia, saúde, educação e aposentadoria.

O estudo dos movimentos sociais tem relação com a psicologia comunitária no sentido assim expresso por Quintal (2001:57):

“Quando há uma visão paradigmática, no tema dos movimentos sociais, como afirma Jacoli (1987), que estabelece por definido que a sociedade está mobilizada em suas bases e, ao mesmo tempo, os fatos mostram o contrário, apontando uma baixa participação dos setores populares, indica-se a importância de se compreender o que acontece, não mais no nível macro-estrutural do movimento, mas sim ao nível do microcosmo do movimento. É nesse ponto que se acredita que a psicologia social comunitária adiciona e agrupa os seus conhecimentos, metodologias e

estratégias aos de outras áreas”.

A proposta da PSC tem o objetivo de fortalecer a comunidade como sujeito político para lutar politicamente, pois supõe uma conscientização quanto aos direitos e mobilização da ação coletiva reivindicatória frente ao poder público.

Assim, no contexto democrático, a tarefa da PSC é, em última instância, formar cidadãos que conheçam e possam reivindicar os direitos e exercer os deveres dos assuntos realizados na *polis*.

C - O quadro de princípios da Psicologia Social Comunitária

A PSC se orienta por alguns conceitos explícitos. Para Bomfim (1987), seriam a solidariedade, os direitos humanos, a melhoria da qualidade de vida e o compromisso ético-político. Ético, porque é a condição para o exercício da cidadania, democracia e igualdade entre pares; político, pois questiona formas de opressão e dominação, e busca o desenvolvimento de práticas de autogestão cooperativa.

Montero (2004) menciona participação, poder, fortalecimento, diversidade, justiça social e solidariedade, além de colaboração, união, diálogo e respeito.

Filho (2005) cita a liberdade de expressão, respeito à fala do outro, colaboração na execução de uma tarefa, valorização do outro, garantia do processo dialógico e democrático, para a superação de representações ideológicas tradicionais de relações autoritárias e centralistas no grupo, além do individualismo e da competitividade, dentre outras características que privilegiam o indivíduo, e não o coletivo.

Freitas (1998), numa postura de crítica ao autoritarismo do cientista, defende

que a PSC orienta-se pelas necessidades apresentadas pela população, tem objetivos definidos a posteriori com a participação e a avaliação em conjunto com a população. Enfatiza a convivência com a diversidade, o compromisso com os setores mais desfavorecidos para contribuir para sua conscientização e mobilização e classifica a visualização do sofrimento humano dessas realidades como indigno, desumano e antiético.

D - O conceito de comunidade na Psicologia Social Comunitária

Segundo Heller (1987), comunidade é uma categoria de estruturação da sociedade.

A autora define desta forma: “A comunidade é uma unidade estruturada, organizada, de grupos, dispõe de uma hierarquia homogênea de valores.” (Heller 1987:96)

Na sociedade burguesa o homem passa a pertencer a uma classe. O homem converte-se, então, em ser social, e o indivíduo está submetido às leis do movimento de classes. Existe o problema da contraposição comunidade/indivíduo. Os liberais defendem a tese de que a individualidade foi criada pela sociedade burguesa, teve início com o Renascimento e enriquece a partir de conceitos como subjetividade e interioridade. Somente outra sociedade implicaria na abolição da individualidade.

Os românticos defendem que a individualidade, a iniciativa individual, foi abolida, subsumindo o indivíduo à sua classe e às leis econômicas, como se fossem naturais.

Enfim, a característica dessa sociedade é que o chamado interesse geral se realiza pela perseguição de interesses individuais.

Nessa sociedade burguesa, prossegue a autora (Heller, 1987), o homem não nasce numa comunidade; sua existência individual não está determinada por sua existência social, de modo que pertencer a uma comunidade não é um fato obrigatório.

Quando o indivíduo da sociedade burguesa chega a pertencer a uma comunidade, trata-se de uma comunidade escolhida e construída, e ele irá escolher a comunidade pela identificação aos valores e a aspiração à sua realização. O indivíduo, ao optar por uma comunidade de conteúdo axiológico positivo, vê suas capacidades se explicitarem e se desenvolverem.

Comunidade é uma forma de relação que pretende fazer frente ao individualismo, valor predominante na sociedade capitalista (Heller, 1987).

Sobre a relação do homem capitalista, Nascimento (1990) nos lembra um conceito marxista, a “indiferença mútua”, que estabelece que na sociedade individualista os indivíduos são indiferentes uns com os outros. O indivíduo tem mais importância do que a sociedade. Os homens são entendidos e vistos como seres autossuficientes e iguais, sendo que os valores predominantes são a satisfação pessoal e a exploração do outro. Entretanto, o homem pode se individualizar somente no seio da sociedade.

Para essa autora, a individualidade do sujeito constrói o grupo a que pertence, e os grupos podem se converter em comunidade, mas a relação indivíduo-grupo pode ser casualística. O pertencer a um grupo define-se por meio de analogia de interesses e objetivos, e de uma atividade em comum (1990).

Scarparo e Guareschi (2007:) também discorrem sobre a categoria comunidade, referenciados em Bauman (2003):

“No contexto da globalização, a comunidade pode ser depositária da utopia de conversão do egoísmo, da exclusão e da fluidez presentes nas relações humanas. Tal utopia atribui ao espaço das comunidades vivências de parceria e de solidariedade e reaviva a esperança de pertencimento a um grupo desprovido de interesses individualistas”.

Sawaia (2000) discute a categoria analítica da comunidade nas ciências sociais. Cita autores como Nisbet, Tönnies e Marx. Em Nisbet, a ideia de comunidade é uma utopia que surge em contextos individualistas, ocorrendo também o inverso.

Já o sociólogo Tönnies, também citado por Sawaia (2000), enfatiza o sentimento de pertencimento, a convivência com o outro, a relação afetiva, erótica e amorosa que ele denomina de comunalização. Guareshi (2000), referenciado no mesmo autor, fala das características da associação comunitária e da associação social. As pessoas participam da comunidade não pelo que têm, mas pelo que são, e há a possibilidade de serem exercidos amizade, sentimento e conhecimentos mútuos, enquanto na associação social o que é exercido são os pertences, como dinheiro e capacidades.

Milton Santos (2002:82) utiliza o conceito de territorialidade, parecido com a comunalização.

“O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. (...) Esta (a territorialidade) não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.”

Para Marx (apud Sawaia, 2000) a comunidade é também uma forma de superar o individualismo, causado pelo modo de produção capitalista, mas a união que este acredita é da união de toda uma classe: os proletários, de qualquer nação

ou lugar.

Heller (1987) observa que a classe social não constitui necessariamente uma comunidade. Isto ocorreria se o membro decidisse conscientemente.

Para Castells, “as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal”. Isso implica num envolvimento das pessoas em movimentos, “pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido”. (Castells, apud Loreto 1999:79)

Na psicologia, Sawaia (2000) discorre sobre o uso do termo comunidade. A autora apresenta que inicialmente foi usado por Wundt em 1094 como sinônimo de interação coletiva que mantém os indivíduos de uma nação.

Em seguida, em Freud, a comunidade tem um caráter homogeneizador. Viver em comunidade implica em segurança e, por outro lado, em troca de parte da felicidade pessoal.

Ainda segundo Sawaia (2000), na psicologia social iniciada no século XX, as categorias grupo e interação social eram mais enfatizadas. A comunidade era vista como categoria analítica, “como unidade consensual, sujeito único e homogêneo, lugar de gerenciamento de conflitos e de mudanças de atitude”.

Na psicologia social do início do século XX, utilizou-se o conceito grupo, e o conceito de comunidade não era comum. Ele foi inicialmente utilizado como categoria analítica no contexto da imigração e dos problemas decorrentes da Segunda Guerra Mundial na psicologia norte-americana, enfocando o estudo da integração desses grupos e indivíduos imigrantes à sociedade.

A utilização do conceito de comunidade era norteadada pelo método experimental e o condutivismo, novamente com influências dos estudos de grupo e objetivando a transformação de atitudes.

Na área clínica foi introduzida no atendimento a doentes mentais; na educação popular, para desenvolvimento de potencialidades individuais, grupais e coletivas, visando à prevenção de doenças e à integração da população aos programas de modernização oficiais.

Os autores que trabalharam com a categoria foram principalmente Lewin, Goffman, Reich, Moffatt, Bleger e Moscovici, que se basearam nas teorias psicanalíticas, a institucional e a sociométrica (Sawaia, 2000). Nesse momento houve a possibilidade da cisão entre a subjetividade e a objetividade, tendo a subjetividade como objeto de análise o social e cujo escopo era a integração.

Na PSC, na década de 1970, após a tomada da matriz marxista, da sociedade de classe e do objetivo dessa psicologia – relacionado aos problemas sociopolíticos do contexto das realidades dos países em que surgiu –, a comunidade passou a ser entendida em reunir pessoas da classe popular para promover a tomada de consciência e organizar a reivindicação e resistência da exclusão da cidadania.

O papel do psicólogo comunitário seria o de propiciar a passagem da consciência de classe em si para a consciência de classe para si, favorecendo a percepção da exploração e da alienação, com o fim de organizar a população em movimentos de resistência e reivindicação.

A comunidade passa a ser uma célula da sociedade para irradiar mudanças, nas quais permeiam a ação conjunta, a cooperação e a solidariedade em favor de interesses e necessidades coletivos.

Em suma, a comunidade seria um germen no interior da sociedade

marcadamente individualista, com indivíduos de necessidades e demandas comuns, que se unem por um período para acolher a implantação do trabalho do psicólogo comunitário.

2.2 – O conceito de poder na abordagem da Psicologia Social Comunitária

Todas as relações humanas são relações de poder, sejam no plano societal mais amplo, nas relações comunitárias, intergrupos, intragrupal, seja nas relações interpessoais. Poder não é uma coisa material ou um lugar geográfico do qual se apropria. A noção de poder supõe uma relação. Guareschi (2000) faz o intrigante questionamento: “O que é relação?” Na definição de Houaiss (2001) encontramos a seguinte acepção: “vinculação de alguma ordem entre pessoas, fatos ou coisas; ligação, conexão”.

Dessa maneira, do ponto de vista das ciências sociais, os atores sociais que possuem uma vinculação estão em relação. Esses vínculos implicam algum tipo de poder, de uma parte sobre a outra. São dois polos, daquele que exerce o poder e daquele sobre o qual o poder é exercido.

O poder exercido pode ser benéfico ou prejudicial. Quando se pende para este último, torna-se um poder dominador. Dessa maneira, entende-se que nem todo poder é dominador.

“A dominação de indivíduos sobre outros, de grupos sociais sobre outros grupos, de países sobre outros são referentes à questão de poder. Dominar consiste em exercer um poder, sobre qualquer um ou sobre uma comunidade. A história da humanidade não se pode explicar sem colocar a questão do poder”. (Faundez 1993:19).

O exercício do poder – seja na atrofiação, seja no abuso deste – traz consequências psicossociais. Segundo Montero (2006:33), “O poder é um problema não somente quando é exercido abusivamente, num marco dominante e opressor, mas também quando se ignora que o possui”. Na psicologia social comunitária latino-americana, a importância está principalmente nessa última sentença.

Segundo Martín-Baró (Martins apud Martín-Baró, 2003) o poder:

- Ocorre nas relações sociais, que são de oposição e conflito.
- Baseia-se na posse de recursos: relação de desequilíbrio em relação a um objeto.
- Produz um efeito na mesma relação social, podendo implicar na obediência e submissão de uns, e no exercício da autoridade e do domínio de outros. O poder configura, assim, o fazer de pessoas e grupos.

Além disso, prossegue o autor, uma forma de ocultação de poder é a socialização. Ela serve para normalizar o indivíduo, mantendo o controle social sobre o pensar, sentir e fazer.

O poder, então, permite que uns realizem seus interesses, pessoais ou de classe, e os imponham a outros por meio de recursos de capacidade técnica; científica ou profissional; econômica ou moral. (Martín-Baró apud Martins, 2003). De acordo com Martín-Baró (1987), “a superioridade nas relações sociais se baseia nos recursos disponíveis”.

O autor, ao discorrer sobre o poder grupal, enumera três formas de recursos que o grupo possui para exercer poder. O poder de um grupo pode ser estabelecido pela capacidade técnica, científica ou profissional de seus integrantes; pela quantidade de recursos materiais; e pela natureza pessoal dos recursos de que

dispõe. O grupo que dispor de recursos materiais, culturais e pessoais será o mais poderoso.

Todo grupo tem aspectos de dependência e autonomia dos recursos de que se dispõe para ter poder social. Quanto maior autonomia, mais impacto exercerá frente a outros grupos para alcançar os seus objetivos.

Montero (2003:42), referenciada em diversos autores, caracteriza as diferentes noções de poder:

- O poder é inerente a toda relação social.
- As relações de poder são multiformes.
- Não necessariamente quem é dominante em uma relação será em outra relação que possa desenvolver.
- O poder é uma relação e, como tal, constitui um processo social.
- O poder se estrutura com respeito a um fim.
- Poder e violência não estão necessariamente relacionados.
- A base de poder é a distribuição desigual dos recursos desejados por diferentes atores sociais.
- O poder gera sua própria legitimação, seu próprio valor, seus próprios pretextos.
- O poder é um fenômeno social, de caráter relacional.
- Toda pessoa tem recursos e pode ser capaz de usá-los em uma relação de poder para transformá-la.
- A tomada de decisões e o controle são expressões de poder.
- O poder e a consciência estão relacionados.

A autora também apresenta uma tipologia das formas de poder proposto por

French e Raven (Montero 2003:42, 43).

- Poder de recompensa – É aquele que permite premiar ações e comportamentos. É o poder que dá aprovação social.
- Poder coercitivo – É a capacidade de obrigar, de forçar outrem a realizar certas ações. Uma pessoa consegue que outra execute uma conduta sob ameaça das consequências negativas que pode sofrer se não obedecer. Seu poder deriva das disposições legais e dos regulamentos que lhes conferem autoridade para realizar ações repressivas, condenar e privar a liberdade. Ou por uma norma de conhecimento especializado ou de uma relação desigual de força que cobra caráter ameaçador. Este é um poder que é detido pelos corpos policiais, os exércitos, os juízes, o carcereiro ou delinquente ante a sua vítima, e o médico nos hospitais.
- Poder legítimo – É aquele que deriva de uma autoridade legitimamente constituída, ou seja, de fontes cujos atributos supõem o direito de exigir condutas e opções. Esse poder está investido de autoridade que provém de exercer um cargo socialmente respeitado.
- Poder referente – Reside na identificação com alguma pessoa percebida como poderosa ou como possuidora de uma condição desejada ou desejável. (Também é chamada de poder de atração).
- Poder do especialista – Provém do saber e do respeito que um corpo de conhecimento gera.
- Poder informativo – É aquele que deriva da capacidade de informar.
- Poder reativo – Tem como fundamento castigar ou premiar. A intenção pode ser positiva ou negativa.

- Poder de impedir ou obstacularizar – É semelhante ao coercitivo, mas não se opera por ameaças ou sanções, pois é exercido por meio de obstáculos, demora ou impedimento da ação de outros. Uma forma clara de exercer esse poder é a burocratização. Também a obstacularização, a demora e a apatia podem ser recursos de resistência, um poder de se opor passivamente a um poder opressor e repressor.
- Poder persuasivo – É aquele que se baseia em argumentos que induzem a cumprir a vontade de quem os exprime. Os argumentos podem ser sinceros, bem fundamentados ou falsos.

Outro tipo de poder é o saber – que tem sido monopolizado pelos grupos dominantes. Porém, existe também o saber popular, e os oprimidos não têm consciência muitas vezes do valor disso. Essa forma de saber se transforma em um saber orgânico: torna-se uma forma de poder e um instrumento de luta contra a dominação.

O poder não é, em si, positivo ou negativo; depende do seu exercício. As suas diferentes categorias podem se sobrepor, de maneira não-excludente. Surge uma discussão ética que se pauta pela intenção dos fins que se deseja obter, do manejo dos recursos e a utilização do outro sobre quem se exerce a coerção, em que recai a utilização, sobre como se usa e para quê.

As relações de poder assimétricas foram estabelecidas pelas autoconcepções de falta de poder:

“Essa é uma expressão da concepção assimétrica do poder, que naturaliza as carências de determinado tipo (por exemplo, econômico, educativo), generalizando-as a todos os âmbitos da vida do grupo e a situação de privação, de tal modo que tanto fora como dentro do grupo passa a ser a

perspectiva dominante, a qual contribui para reproduzir e manter essa situação". (Montero, 2006:33, 34).

É tarefa da psicologia social comunitária que a comunidade na qual se intervém se aproprie dos seus recursos e capacidades, reconhecendo e empregando o poder que possui, e os desenvolva para que ela tenha o controle das decisões tomadas sobre ela. Este conceito é denominado de fortalecimento, assim definido por Montero (2006:35):

“Se trata de deslocar o centro de gravidade das relações sociais do exterior da comunidade para o seu interior, de maneira que as comunidades organizadas exerçam seu poder e despendam o controle necessário para alcançar as transformações desejadas em seu entorno e em suas relações internas e externas”.

Como a PSC é um corpo teórico que dialoga com outras áreas correlatas das ciências humanas, citaremos Paul Singer, um economista, no respeito ao desenvolvimento das comunidades pobres: “A participação que se faz necessária é a que objetiva o controle direto pela população da destinação dos recursos públicos, tendo em vista a satisfação de suas necessidades coletivas”. (Singer, 1980:107).

Então, o fortalecimento visa ao controle dos recursos vindos do exterior da comunidade, e um controle consciente, organizado e sistemático dos recursos internos que estão presentes.

Ela trabalha o aspecto coletivo, o caráter libertador, no poder e controle centrados na comunidade e na organização de seus membros, e, principalmente, no caráter que esses membros têm como atores sociais construtores da sua realidade e das mudanças que ocorrem sobre ela. (Montero, 2003).

O processo de fortalecimento comunitário, Segundo Montero (apud Kieffer,

2003:75), se divide em três estágios:

- O desenvolvimento do sentido de *ser em relação com o mundo*, como um indivíduo que não está isolado no mundo.
- A construção de uma compreensão cada vez mais crítica e avaliadora das forças sociais e políticas que compõe o mundo da vida.
- Desenho de estratégias e recursos funcionais para a realização do papel político pessoal ou coletivo.

Existe um conceito usado na psicologia comunitária que é o *empowerment*. Montero (2003:70) diz que o *empowerment* pode ter uma conotação de que as pessoas são “receptoras de domínio, controle e capacidade a partir de geração de condições socioeconômicas e políticas por parte de estruturas sociais mediadoras (voluntariado, igrejas, escolas, hospitais, vizinhança, família)”.

É necessário marcar a diferença entre conceitos de fortalecimento e o *empowerment*. Neste último, a comunidade é capacitada a agir frente a outros atores, como poder público e entidades externas. O fortalecimento é o desenvolvimento do potencial da comunidade e seus membros em diversos aspectos para avançar na sua autonomia.

Outra teoria importante para a noção de poder é a de ideologia, pois tem o papel de ajudar a entender as noções naturalizadoras e generalistas de explicação dos fatos sociais. A ideologia constitui num fenômeno que mantém e sustenta a dominação. (Thompson, 1990).

No percurso histórico, o conceito de ideologia foi utilizado de diversas maneiras. O termo surgiu em 1796 com Destutt de Tracy. Thompson (1990) classifica as definições do conceito em duas concepções: de maneira neutra e crítica, que atribuem um sentido negativo, crítico ou pejorativo do conceito.

As concepções neutras foram propostas por Destutt de Tracy, Lenin, Lukács e Mannheim. E a concepção crítica por Napoleão, Marx e Manheim.

A concepção da ideologia usada na psicologia social comunitária é crítica, de interesse político com origem em Marx, que utiliza as concepções cada qual com seus critérios de negatividade: polêmica (abstrata ou impraticável e errônea ou ilusória); epifenomênica (errônea e ilusória, e expressa interesses dominantes) e latente (errônea ou ilusória e sustenta relações de dominação). Conforme Thompson (1990), as relações de dominação ocorrem entre classes, sexos, grupos étnicos, entre indivíduos e o Estado, entre Estados-nação, blocos e Estado-nação. A dominação em que estamos interessados na PSC é principalmente a de classe.

Outros autores de visão marxista discorreram sobre a ideologia. Terry Eagleton (1991:19), ao estudar questões de poder, define que a “ideologia tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante”, e expõe o uso pejorativo desta que Thompson classificou como latente na concepção de Marx:

“Há, a possibilidade de um significado de ideologia, cuja ênfase recai sobre as crenças falsas ou ilusórias, considerando-as, porém, oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo”. (Eagleton, 1991:40)

Já Teun A. van Dijk (1998) adota a concepção neutra:

“Há boas razões teóricas e empíricas para supor que também há ideologias de oposição ou resistência, ou ideologias de competência entre grupos igualmente poderosos, ou ideologias que só promovem a cisão interna de um grupo, ou ideologias sobre a sobrevivência da humanidade. Isto implica que, em meu enfoque, as ideologias como tais não são inerentemente negativas nem se limitam a estruturas sociais de dominação”.

Thompson (1990:16) destaca também que “a distintividade do uso da ideologia está na questão: ele exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações sistematicamente assimétricas”.

Na prática do profissional psicólogo social comunitário junto à população, podem ser identificados os modos de operação da ideologia. Seriam discursos dos dominados que reproduzem os sentidos de poder sistematicamente assimétricos. Cinco modos de operação são enumerados por Thompson (1990): legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. A identificação desses modos ajuda a detectar a presença da ideologia

Para a transformação do sentido social se faz necessária a desideologização. Para esta, os mesmos autores apontam diferentes possibilidades.

Eagleton (1991:40) nos diz que “uma transformação de nossas relações vivenciadas com a realidade só poderia ser assegurada mediante uma mudança material dessa mesma realidade. Portanto, negar que a ideologia seja principalmente uma questão de representações empíricas corresponde a uma teoria materialista de como ela opera e de como poderia ser alterada”.

Para Thompson (1990:35), “a interpretação da ideologia se apoia nas fases da análise sócio-histórica e na análise formal ou discursiva, mas ela lhes dá uma ênfase crítica: usa-as com o objetivo de desmascarar o sentido que está a serviço do poder”.

“Desmascarar uma forma de consciência é mostrar que ela é ilusória, errada, sem justificação racional; implica não apenas que ela pode ser explicada com referência a condições socioeconômicas, mas também que ela interpreta mal essas condições ou que ela não tem outra justificação a não ser o fato, empiricamente demonstrável, de expressar interesses

particulares de grupos cujas posições são determinadas por essas condições”. (1990:56)

O processo de desideologização se trata de desmarcar os sentidos que estão a serviço do poder que domina, conhecendo as ideologias que mantêm a condição de dominados, formando cidadãos conscientes:

“Por tal [a desideologização] se entende a construção e reconstrução de uma consciência integral, não fracionada, mediante a qual se produz uma compreensão de mundo em que se vive e das circunstâncias de vida, no que se tem de totalidade. Comporta um processo de produção de conhecimento que conduz a estabelecer causas e conexões, dissipando a ignorância necessária para manter certo estado de coisas”. (Montero, 2004:263)

Nota-se pela descrição acima que, conforme Thompson (1990), o conceito de ideologia usado na psicologia comunitária é a concepção latente de Marx, que mantém um estado de coisas por ignorância.

Assim, a desideologização na psicologia comunitária está intimamente ligada à conscientização de que:

“(…) é o processo contínuo de mobilização da consciência, de caráter libertador, a respeito de situações, feitos ou relações, causas e efeitos até esse momento ignorados ou inadvertidos, que leva a passar do real ao possível e a dar-se conta de que existe uma situação considerada negativa. Supõe uma posição política, no sentido amplo do termo”. (Montero, 2004:286)

A desideologização e conscientização são processos psicossociais

comunitários, e o estudo desses processos, como diz Eagleton, aponta para a mudança material da realidade, visam à transformação na circunstância de vida, no ambiente e na estrutura social.

Discutimos até aqui os conceitos e desdobramentos da PSC. Embrenharemos, a seguir, no tema da liderança comunitária.

2.3 - A liderança nas comunidades

A PSC propõe um modelo de liderança que promove a participação democrática. Liderança é entendida como o processo de direção pelo qual as ações da comunidade são orientadas. Ela gera e delega compromisso entre os membros da comunidade, e é geralmente assumida como um serviço. Fornece modelos para ação e recursos de informação para a comunidade. Tem uma política dirigida para construir o bem-estar coletivo e deveria se constituir de indivíduos dispensáveis, isto é, que tenham a possibilidade de rotatividade. (Sánchez, Montero, Lodo-Platone, Hernandez, 2004).

Nessa perspectiva, os líderes comunitários não devem ser autoritários, mas se caracterizar como impulsionadores da participação das comunidades, promovendo-lhes o protagonismo das mudanças para a melhoria das suas condições de vida a partir das necessidades sentidas por elas e de seus desejos. Montero (2006), ao discorrer sobre o processo de fortalecimento, avalia que é necessário realizar a identificação de necessidades e propõe, para essa tarefa, conhecer quais necessidades os moradores sentem. Isto é, quais aspectos de suas vidas em comum que eles sentem como insatisfatórios, inaceitáveis, problemáticos.

A liderança, então, não depende de uma pessoa, mas surge pela relação

entre o líder e os liderados, em um contexto (a comunidade) e uma situação específica, em uma dinâmica em que se entrelaçam metas, tarefas e as relações humanas. Para Montero (2004) a liderança deve ser compartilhada para que a comunidade não se torne dependente de líderes particulares, mas tenha a habilidade de substituí-los com novos líderes, quando as circunstâncias exigirem.

A participação comunitária eficaz é aquela que visa ao fortalecimento da comunidade trabalhada:

“A noção de fortalecimento tem sido assinalada como uma das vias fundamentais para alcançar o desenvolvimento e a transformação das comunidades que tem a psicologia comunitária. (...) está presente uma linha que centra a atenção na comunidade, na organização de seus membros e em seu desenvolvimento, insistindo na necessidade da participação das pessoas, no apoio a suas qualidades positivas e no fomento de suas capacidades, quer dizer, no fortalecimento desses indivíduos e grupos para que consigam por si mesmos transformações positivas que melhorem sua qualidade de vida e seu acesso a bens e serviços da sociedade à qual pertencem”. (Montero, 59:2006)

A participação, mais do que um conceito consiste em ação prática:

“Este é um elemento fundamental que permite que todas as demais características possam desenvolver-se, ampliar-se, aprofundar-se ou se alcançar. Se refere à ação desenvolvida pelos membros da comunidade em função de objetivos gerados a partir de necessidades sentidas e de acordo com estratégias coletivamente definidas, fundamentadas na solidariedade e no apoio social. Tal ação é acompanhada do surgimento de lideranças comunitárias”. (Montero, 66:2006)

Para Montero (2004) a participação comunitária é um processo que se cria ao longo do tempo. Os participantes adquirem e treinam outros participantes, no uso do conhecimento particular e nas habilidades da experiência participativa. Nesse

processo, o participante transforma a si enquanto transforma o seu ambiente.

Três aspectos são enumerados em relação ao poder impulsionador do líder (Hernandez, 2002):

- **Ser parte** – Os membros da comunidade têm uma identidade comum a partir das situações que os afetam, criando a noção de pertença e de referência coletiva, da consciência de que não estão sós. Este é o motor de arranque que mobiliza os membros da comunidade à participação, pela valorização do espaço. Eles internalizam e reconhecem a realidade vivida e, ao reconhecerem e tomarem consciência das capacidades dos membros, colocam-se ativa e criticamente diante da realidade.
- **Ter parte** – A comunidade assume conscientemente os direitos e deveres e podem desfrutar destes, ao exigir os benefícios sociais e políticos aos que tem direito, especialmente quanto às condições de vida e possibilidades de desenvolvimento pessoal.
- **Tomar parte** – É a dimensão ativa, no tocante a assumir tarefas, atuar e propor de maneira crítica. Refere-se à capacidade de fazer propostas se tornarem realidade, e não esperar que os outros solucionem seus problemas. É uma noção que é descoberta e desenvolvida. A comunidade se responsabiliza pelas iniciativas que dão sentido à sua vida cotidiana, de maneira que contemple seus problemas e necessidades.

Na medida em que a comunidade começa a ser, ter e tomar parte,

progressivamente realizam-se mudanças tanto a nível político como cultural. Ela deve ter acesso ao controle e decisão sobre o que se faz, fortalecendo-se e desenvolvendo seus próprios recursos (Montero, 2004).

A ação da liderança tem suporte em três dimensões e forma uma rede na qual a reivindicação se apoia, de maneira a ter força para que a pressão tenha impacto nos espaços de decisão. A reivindicação se assenta, então, na formação e na organização. A ação participativa, por sua própria natureza, requer que as decisões tomadas e os meios adotados para sua execução sejam decisões coletivas.

“Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais”. Não se tratam, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membro de uma dada classe social. A participação tem caráter plural. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados “cidadãos”. A participação articula-se, nesta concepção, com o tema da cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo [conforme Pontual, Hamilton et al., 1998] é dividir responsabilidades com a comunidade”. (Gohn, 2003:19)

A atuação do líder envolve também a sua autoconceituação, que é a sua capacidade para dirigir, promover, organizar e obter a participação das pessoas da comunidade; sua maneira de se expressar, a relação com os meios de comunicação e nos espaços de decisão.

O líder possui também um papel político importante. O conflito e a luta, para gerar um impacto social se pautam no plano político. A participação em PSC visa formar a cidadania, fortalecer a sociedade civil, aumentando a responsabilidade social (Montero, 2004:230), e toda ação cidadã tem um caráter político, seja ela passiva ou ativa. Faundez (1993) nos lembra que os homens e mulheres são seres

políticos. Ao viverem em sociedade, participam da vida comunitária e, assim, da vida política, da vida em sociedade. Esse papel político deve ser consciente, tendo uma direção clara, sabendo que sua posição determina sua relação com os liderados, que sua influência não deve ser manipuladora, controladora ou coercitiva. Suas ações devem ser orientadas sempre para facilitar a participação dos membros da comunidade na busca de alternativas para melhorar suas condições de vida. Não são dirigentes de interesses particulares, mas realizam projetos coletivos. Para isso é importante que tenham identificações com a comunidade, que se sintam parte dela e que sua liderança seja reconhecida, e esse reconhecimento se concretiza quando o líder representa os interesses do coletivo.

Outra função do líder democrático é delegar tarefas, não somente oferecer razões frente às situações que exigem ação. Essa democratização coloca os líderes num relacionamento de igualdade e simbiose com o grupo, na medida em que se refere à adoção e aplicação de decisões (Montero, 2004).

A liderança surge, então, em espaços coletivos, para superação e melhoria por meio da reflexão e confrontação, numa dinâmica de ação-reflexão-ação, sendo esse um espaço também de aprendizagem e formação. Ela surge no decorrer de reuniões, ao lidar com o planejamento e realizando alguma ação de impacto social. Por ter caráter democrático, o grupo reconhece um indivíduo como líder pela sua capacidade de produzir respostas e maneiras de resolver problemas, sua disposição em fazê-lo, pelas histórias de ações já realizadas, e por ser conhecido por outros membros da comunidade.

Essa reflexão estimula os participantes a elaborar novos significados a respeito de seus papéis no projeto participativo, criar estratégias proativas para alcançar os objetivos definidos e envolve a responsabilidade dos outros agentes

envolvidos no sucesso ou fracasso do projeto. Nesse espaço, elaboram-se planos e realizam-se decisões de ação.

“Núcleo orgânico” é um conceito proposto por Zonta (2005). Trata-se de um grupo informal, formado por membros da comunidade na qual se realizam discussões e tomadas de decisões para ações, num processo de ação-reflexão-ação. Nela surgem lideranças para conscientização e organização para a ação.

Toda ação deve ser resultado de uma reflexão, sobre o seu sentido, direção e ganhos (Montero, 2006:172), e a ação realizada deve ser submetida à reflexão:

“É nesse processo de ação/reflexão que o núcleo orgânico, a partir do desenvolvimento da consciência, incorporando conhecimentos da realidade social, passa a desempenhar novo papel no bairro: o de agente da transformação”. (Zonta, 2005:58).

O núcleo orgânico tem o propósito de ser um multiplicador no bairro, formando subgrupos que possam espalhar as reflexões, ganhar novos adeptos, surgir ou descobrir lideranças de forma a se tornar uma assembleia do bairro para tomada de decisões coletivas e de posição política. Constitui também uma unidade para articulação com outros bairros.

Nessas reuniões são trazidos os problemas enfrentados no bairro, as necessidades do cotidiano dos moradores, além de se levantar os recursos e as alternativas. Realizam-se discussões sobre as condições de vida, objetivando analisar suas problemáticas, encontrar alternativas viáveis, potencializar seu papel de assumir as decisões e treinar pessoas da própria população para desempenhar funções importantes na comunidade. (Freitas 1986:132)

Segundo Montero (2006:221), os participantes apresentam suas

representações sobre a realidade, que revela a consciência de cada um, e o profissional psicólogo tem aqui a oportunidade de promover os processos psicossociais de problematização, conscientização, desnaturalização e desideologização, sempre numa postura de facilitador e catalisador. Isso implica no fato de que seu papel é auxiliar as pessoas da comunidade a assumir suas responsabilidades, esclarecendo quais são essas responsabilidades e suas capacidades de realizá-las, de forma a fortalecer os sujeitos e promover a participação, apontando suas ações, recursos e possibilidades para que eles se tornem sujeitos da própria história.

As teorias de grupos têm uma função importante para o psicólogo inserido nessas reuniões. O grupo é um mediador do indivíduo com a sociedade. Lane (1981) propõe dois níveis de análise: da vivência subjetiva e as determinações concretas do processo grupal. O primeiro nível tem relação com a história de vida do indivíduo e o segundo com o sistema de papéis assumidos e desempenhados.

A autora parte de duas premissas para o estudo de grupos, que consideram o caráter histórico e dialético do processo grupal:

- O significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de uma perspectiva histórica que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas.
- O próprio grupo só poderá ser conhecido enquanto um processo histórico, e nesse sentido talvez fosse mais correto falarmos em processo grupal, em vez de grupo. (Lane, 1984:81)

Baseado em Martín-Baró, a autora diz que o processo grupal implica nos

seguintes aspectos:

- Relações de poder, que se materializa pelos recursos de que se dispõe, de modo que possam exercer efeito e influência externa.
- As práticas em comum e aquilo que esse grupo produz em um contexto histórico são o significado social.
- Essa atividade grupal desenvolve uma identidade do grupo, a dimensão externa que se relaciona com a sociedade e outros grupos, e a identidade individual dos membros desse grupo, referente à dimensão interna, considerando as individualidades.

A formação do grupo se dá por um objetivo comum, que, por meio de uma necessidade comum, os sujeitos se mobilizam para supri-la. De acordo com Hurtado (1993), as pessoas, os grupos e as organizações são produtos da história, da circunstância pessoal e social, que atuam ou se isentam de acordo com as interpretações ideológicas que se tem das leis históricas.

No desenrolar desse processo grupal há desempenhos de papéis que podem ser reprodução das relações sociais definidas ideologicamente, de maneira que a emergência de lideranças pode também refletir a relação de dominação/subordinação que acontece no plano societal.

O desempenho de papéis se dá ao indivíduo pela incorporação de um papel. O papel assumido está fundamentado na distribuição social do conhecimento e na divisão social do trabalho, por meio das crenças e dos valores que mantêm essa diferenciação social. A realidade social e institucional é considerada uma realidade objetiva, esquecendo que foi construída e produzida pelas pessoas, possuindo uma história (Lane, 1984).

No grupo, os indivíduos expõem conteúdos sociais e vivências que causam

impactos em sua subjetividade. Então se manifestam identidades grupais e de classe, disputa de poder e reprodução das relações de poder assimétrico, autoritário das relações de dominação. Alguns participantes assumem posturas autoritárias; outros, de submissão. Os debates devem promover o desenvolvimento da consciência crítica. “Por crítica se entende a posição que denuncia, demonstra e rechaça a manutenção e a justificação de condições injustas de vida e de modos de conhecer insatisfatórios”. (Montero, 2004:130)

Os fenômenos que ocorrem no campo grupal são reflexos do campo social. Cabe ao psicólogo intervir, problematizando criticamente as posturas dos sujeitos, tanto as formas de lideranças autoritárias, narcisistas, quanto as formas de submissão, estabelecendo lideranças baseadas na representatividade.

É nesse espaço que se explicitam os interesses na sociedade de classes, para que se forme uma consciência de classe, e a passagem de uma consciência oprimida para a consciência de opressão.

Martín-Baró (Baró apud Billing, 1987:212) caracteriza dois grupos: a) grupo em si: têm uma existência objetiva, mas falta-lhes uma conscientização que lhes permita transformar sua identidade ativa e suas ações frente aos interesses de classe à qual pertencem; b) grupo para si: o grupo toma consciência, ajusta sua identidade e seus objetivos, orientando-se para os interesses da classe a que pertence.

Lane (1994:17) enfatiza essa identidade grupal de classe ao dizer:

“(…) na medida em que o processo é grupal, ou seja, ocorre com todos os membros, ele tende a caracterizar o desenvolvimento de consciência de classe, quando o grupo se percebe inserido no processo de produção material de sua vida e percebe as contradições geradas historicamente,

levando-os a atividades que visam à superação das contradições presentes no seu cotidiano, torna-se um grupo-sujeito da transformação histórico-social”.

Assim se constrói o sentimento de coletividade, e realiza o exercício democrático e do direito à isegoria ao ser ouvido e, reciprocamente, ouvir o outro, praticando-se o respeito às diferenças.

Segundo Sawaia (1994:48), a construção de um consenso democrático é exercida pela argumentação. Cada participante defende as suas necessidades respeitando a dos outros e lida com o desejo do outro para construir um nós, constituindo-se um espaço de democracia deliberativa. Aqui também se estabelecem deveres, distribuídos equitativamente, e exercita-se a justiça e a solidariedade.

Para Martín-Baró (1987:216) o grupo deve de ser capaz de produzir um efeito na vida social para afirmar a sua identidade.

Zonta (2005) tipifica três características do processo grupal.

- Terapêutico – Desvelam-se mecanismos psicológicos que impedem a compreensão da realidade social. O sujeito se conhece na relação grupal, refletindo os seus papéis, posicionamentos, preconceitos e sentimentos.
- Pedagógico – É um momento de aprendizagem do real, da troca de experiências. O indivíduo tem, aqui, tanto o papel de lecionar como de aprender.
- Político – Consciência de um posicionamento frente à realidade social da relação opressiva e negadora da consciência. Além do exercício da representatividade democrática.

Hernandez (2002) é uma psicóloga que pesquisou o tema da liderança comunitária. Baseados na autora, consideraremos a seguir os dois polos no exercício da liderança.

Aspectos positivos da liderança ao indivíduo

- Pessoas que tem vivência em participação têm mais conhecimento e confiança em suas capacidades, perdem o medo da autoridade e o respeito acrítico em relação a elas.
- O fato de liderar grupos e delegar tarefas é um fator apreciado por muitas pessoas.
- Tornam-se populares na comunidade, que os vê engajados nos interesses da mesma e passa a apoiá-los.
- Desenvolvem fortes componentes e ligações afetivas com os membros da comunidade, que respondem com afeição.

Elementos que dificultam o surgimento de uma de liderança comunitária

- Em primeiro lugar, não há muitos exemplos históricos de líderes democráticos com os quais se possam identificar.
- É uma função de alto custo, de maneira que pode ser desgastante e, por isso, é importante a possibilidade de certa rotatividade, formando novos líderes. São bastante cobrados, de maneira que eles acabam trabalhando mais do que os outros membros do grupo.
- Os que já participaram de cursos de capacitação básica se recusam a participar de outros mais avançados.

- Também podem se tornar o bode-expiatório quando as coisas não terminarem bem para o grupo.
- O líder tem de tolerar coletividades que não se satisfazem completamente, pois são muito desconfiadas. Também, devido ao histórico de decepções, prontas a ser criticadas, além de lidar com a complexidade da diversidade e da dificuldade de mobilização.

Dificuldades da comunidade para a participação

A população com a qual o psicólogo social comunitário trabalha geralmente está acostumada a ser subestimada. Os moradores desenvolvem uma consciência errônea de incapacidade e negatividade, sem se lembrar dos recursos que possuem.

Além disso, por historicamente terem sido alvo de práticas paternalistas, esperam um dirigente que sabe de tudo, que é um pai, ou um salvador, e esperam que outros solucionem seus problemas. O processo de conscientização para que se tornem protagonistas dos eventos históricos de sua própria comunidade é importante.

Outra característica que se nota é o imediatismo. Não basta somente a mobilização. Brandão (apud Hernandez, 1982) indaga: como fazer passar da mobilização para a participação? A mobilização, aqui, é entendida como uma presença acrítica das massas em projetos sociais. Mas a participação é um movimento de base a partir dos líderes e dirigentes desses mesmos setores. Uma mudança que seja permanente surge por meio de projetos que dão continuidade às ações já realizadas. A emancipação se dá num processo de desenvolvimento.

Martín-Baró (apud Hernandez, 1987) nota uma visão fatalista da vida presente nas comunidades populares, e isso as mantém à margem de sua história, levando-

as a aceitar que outros determinem os processos que as afetam e as faz vítimas de uma autoprofecia de fracasso. Seligman conceitua uma característica que denomina de “desesperança aprendida”.

“Quando uma pessoa crê que não há nada que se possa fazer para controlar os resultados negativos, uma das possibilidades é que chegue a considerar-se impotente”. (Seligman apud Hernandez, 1975)

Desafios enfrentados no exercício da liderança.

É necessário considerar as instâncias de poder local. No geral, os funcionários de serviços e equipamentos manejam essas instâncias como seu próprio fundo, sem considerar a importância da participação da comunidade.

As instituições têm, em geral, uma política de não participação, de cunho paternalista, assistencialista. A população não se sente capaz de controlar seu meio e tende a deixar a responsabilidade de feitos importantes em quem aparentemente tem mais poder, sem ter a confiança nas suas próprias capacidades e meios. Mais uma vez o processo de fortalecimento é necessário nessas situações. A comunidade precisa ter o domínio e o controle de fatos que intervêm sobre ela. Atividade, poder, participação e decisão são condutas fundamentais para a transformação buscada. (Montero, 2003)

Os líderes também devem se atentar para não se descuidar e reproduzir maneiras tradicionais de atuação com propostas invariáveis que não têm a participação direta da comunidade. Eles devem motivar os membros da comunidade a assumir responsabilidades.

Eles também têm um papel educativo de apontar ferramentas para incidir nas

instituições de poder local.

Os projetos desenvolvidos devem satisfazer os interesses e as necessidades da comunidade. As ações devem ser realizadas com a comunidade de maneira que esta se reconheça nas propostas feitas.

Devem traçar estratégias para trabalhar com as comunidades, com a noção de protagonismo, e ferramentas para o surgimento de novos líderes. Democratizar o contexto de maneira a criar mecanismos para que a comunidade possa intervir nas instituições, opinar e ser ouvida por aqueles que elaboram políticas sociais e econômicas.

3 – Metodologia e análise

A seguir serão explicitadas os procedimentos metodológicos e as entrevistas três realizadas com os líderes das associações da região do campo de pesquisa serão analisadas.

3.1 - Metodologia

Este é um estudo qualitativo delineado na coleta de dados pela entrevista semi-estruturada (Bauer, Gaskell & Allum, 2004).

São entrevistas individuais de profundidade e foram realizadas com três presidentes de associações de bairro, dos bairros adjacentes de Jardim São Savério, Parque Bristol e Vila Liviero do distrito de Sacomã.

Estes foram selecionados por exercerem o cargo de presidentes das associações referidas e assim exercerem papel de líderes formais das comunidades estudadas.

Foi elaborado previamente um roteiro semi-estruturado³ com perguntas que respondem a seis tópicos guias de: A) Informações sócio-demográficas; B) Qualificação do entrevistado; C) Breve histórico da associação; D) Dinâmica da associação; E) Expressões de atitudes, crenças ou representações sociais; subdivididos em política e experiência como líder comunitário. F) Expectativas do futuro; G) Auto-percepção; H) Pensamentos finais.

³ Vide anexo 1, p 130

Cada sujeito foi entrevistado individualmente, com uso de gravador em uma única entrevista. Com durações variadas de cerca de 1 hora e 30 minutos cada.

As entrevistas gravadas foram transcritas em arquivo digital. Relembramos que o enfoque desta pesquisa são os presidentes das associações dessas regiões considerando-os líderes comunitários.

3.2 - Análise das entrevistas com os líderes das associações de bairros

Líder da Associação de Jardim São Savério

Informações sociodemográficas e qualificação do entrevistado; experiência como líder comunitário

A líder da associação tem quarenta e dois anos. Possui o segundo grau completo e nasceu no próprio bairro. Ela trabalha como segurança. Atualmente, porém, está desempregada.

A associação tem início pela iniciativa da entrevistada que, junto com sua genitora, decidiu iniciar um movimento de associação por estar insatisfeita com aquela da qual participava. A inscrição foi realizada no Ministério da Agricultura há catorze anos.

Começou a exercer o papel por causa de um sentimento de injustiça.

P: O que te motivou? Por que você quis fazer isso?

L: Porque eu achava assim. Que o leite devia ser para todo mundo. E, assim, cobrado no limite do que você tem condições, né? Na época eu não tinha condições de dar dez reais na carteirinha. Que eles falam a carteirinha, né? Na época eu não tinha condições de ter a carteirinha, então, eu achei um abuso. Então falei: se ela tem condições de fazer, eu também tenho. E fui lá e fiz. E até hoje.

O cargo de presidente é rotativo, sendo que ela já exerceu em outras

ocasiões e exerce a última gestão há um ano. A rotatividade se dá entre os membros de sua família.

A líder não tem experiência de participação em outros movimentos sociais, como sindicato ou partido político. Houve uma experiência passada em associação de bairros, que tinha como objetivo a preservação da natureza no bairro de Ipiranga.

Antes da existência da associação, já teve a experiência de solicitar, por meio de requerimento com uma das moradoras do mesmo bairro, por meio de um deputado estadual, um trecho de canalização nas proximidades da região.

Considera como benefício em ser líder o fato de ser popular e ser influente em seu bairro: “Todo mundo me conhece, sabe quem eu sou, faz pela sociedade. Se eu chamar as pessoas para vir aqui fazer algum evento, eles vêm (...)”.

Menciona o sentimento de impotência frente às necessidades que não podem ser supridas como desvantagem em ser líder comunitária.

P: E quais são as desvantagens de ser uma líder comunitária?

L: De você não ter condições. De poder fazer as coisas para as pessoas. Às vezes a vontade é... A vontade é. Seria muito bom a gente ter o que fazer. Às vezes a vontade é não ter o que oferecer para a comunidade. O que você ajudar para comunidade. Sendo uma associação, né? Devia tar ali, com os governantes, ba-ba-bá, todo mundo ajudando. Mas a gente não tem esse apoio, então...

Seus familiares, o marido e o filho a apoiam e se alegram quando algum evento é concretizado.

A líder mantém relacionamento com outros líderes comunitários do bairro e

das regiões circunvizinhas, além de uma líder em um bairro mais distante. Realiza trocas de doações recebidas com algumas líderes vizinhas, o que é uma forma de solidariedade recíproca. Porém, sente que são trabalhos isolados:

(...) “as comunidades não se ajuntam, então eles já vêm por isso. Cada um separado. Então, quer dizer, cada um corre atrás de sua panelinha, né? Atrás de sua associação. Mas não é aquelas associações unidas pra ajudar a comunidade, nem a comunidade ajuda as associações, pelo contrário (...)”

Concebe o papel do líder como um serviço de prestação de ajuda aos demais moradores: “(...) É fazer pelas pessoas. Fazer pela comunidade. Ajudar o próximo.”

A noção de poder e de suas múltiplas formas se mostra importante, pois a líder concebe os recursos monetários como um dos principais fatores para o exercício da liderança.

P: Quais seriam as qualidades que uma pessoa deve ter para se tornar uma líder comunitária?

L: Ah. Todas as qualidades. Primeiramente honesto. Segundo ter dinheiro (risos). Sem dinheiro não adianta nada, né? E fazer pelas pessoas. Fazer pela comunidade. Ajudar o próximo.

Breve histórico da associação e a sua dinâmica.

A associação exerce um papel recreativo, realizando eventos nas datas comemorativas em seus bairros. É realizada a confecção de um bolo com café, chás, sucos e refrigerantes no dia das mães; festa junina, com cerca de trezentas pessoas envolvidas; e um bolo para as crianças no dia das crianças. Tudo com ingredientes fornecidos pelos moradores cadastrados na associação, além de bares e padarias, e,

às vezes, quando se recebe doação, distribuem ovos de páscoa na data comemorativa.

Para a presidenta, o papel principal da associação é a distribuição de leite do programa VIVA leite do governo do Estado de São Paulo, além de ser uma prestadora de serviços aos membros da comunidade.

P: Qual o papel da associação neste bairro?

L: Olha o certo seria... tirando o leite que a gente já dá, o certo seria atividades, esportes, lazer, para eles, né? Que nem uma computação ou alguma coisa parecida, assim que eu penso, mas a gente não tem esse recurso. Então, no momento, a associação é só uma entrega de leite.

Nos casos de inundação do córrego, a associação oferece roupas que foram doadas e alimentos, exercendo uma função de prestadora de socorro aos moradores das margens do córrego.

P: Em dias de inundação do córrego, a associação executa ações para o auxílio dos moradores afetados?

L: Ah, sim. Se caso precisar de roupa, material, alimentação, alguma coisa nesse sentido, a gente consegue.

A associação funciona em um dos cômodos de sua residência de dois cômodos. A líder sente a necessidade de espaço para a associação e gostaria de um local onde possa realizar atividades esportivas e educativas.

Essa organização tem um organograma formado por pessoas próximas da precursora (i.e. parentes e vizinhos). A presidenta sente a falta de disponibilidade dos membros da diretoria e o próprio desgaste. Apenas ela e mais um membro, que é seu parente, participam ativamente e, portanto, tomam as decisões.

“Falar que tá numa associação é fácil, agora chegar e erguer as mãos e

fazer acontecer é meio difícil. Então, assim... Eu não tenho estrutura nem condições de estar correndo todo dia, todo dia atrás. É prefeitura, é deputado, isso e aquilo, a mesma coisa seria em respeito dos membros. Quer dizer, a maioria, todo mundo trabalha, só colocou o nome por colocar mesmo, mas de correr atrás, de fazer acontecer, só eu mesmo ou meu padrasto. Então, quer dizer, não tem muito, assim, do pessoal. Só um número a mais na associação, mas que ajuda, que faz, que acontece, só eu e ele mesmo.”

Atribui a falta de motivação dos demais pela falta de atividades que não podem ser realizadas por não possuírem um espaço para a associação, que funciona no interior de sua própria residência com dois cômodos. Enfatiza a carência de espaço para a realização de atividades.

“A nossa dificuldade seria o terreno. Seria um espaço, um terreno, ou então nem que fosse alugado, mas, assim, um espaço para a gente fazer as atividades, né? (...) Então, assim, se fosse um terreno isolado, ou fosse num lugar, num espaço reservado ou alugado, eu acho que teria mais condições da gente estar fazendo alguma coisa para a comunidade. E a gente podia estar correndo atrás dos esportes, das coisas, né?”

“A gente não tem, assim, um espaço. Eu digo, assim. Se você tivesse um espaço, uma sala, duas, três, tinha a secretaria, tinha movimento, tinha como a gente colocar as atividades, tinha como correr atrás das aulas de computador, tem como correr atrás, que nem, de futebol, vôlei, essas coisas, e ir atrás de doação... doação de máquina de overlock para estar fazendo. Tudo isso a gente já tem em mãos, a gente só não tem espaço. Acho que o espaço que... como elas vê que é uma casa. E cê vê que a gente só entrega leite, não fica aquele movimento como se fosse uma associação mesmo. Então, daí, acho que elas, então, não se empolgam, não correm muito atrás. Mas se fosse mesmo, tivesse um espaço e fosse mesmo aquela associação, tivesse lugares, tudo isso e aquilo, eu acho que elas vinham mais. Mas como não tem então é assim.”

Sente a falta de interesse das pessoas da comunidade para participar da associação.

“Que tem o leite, neguinho falta três, quatro dias, tem uma cesta básica, tem gente que não vem buscar, se tem uma reunião eles também não comparecem. Então, quer dizer... Tudo isso já desanima a pessoa de associações e ela não quer fazer mais nada, né?”

E queixa-se da postura de pedinte deles:

“É uma coisa que é assim: eles só querem também, né? Eles não querem ajudar. Se tiver alguma doação, se tiver o que ganhar, eles vêm correndo. Mas se a gente pedir... hum... de uma ajuda... uma ajuda, tipo pra fazer um evento, uma ajuda que nem assim... muitos ajudam, mas outros não.”

Consciência política

Nesta associação não são discutidas questões políticas e nem são convidados vereadores ou deputados por falta de espaço. A entrevistada entende participação política como sendo uma atividade que deve ser exercida pelos que possuem um cargo político. E se sente desiludida com a atuação desses.

P: E qual a sua opinião sobre participação política?

L: Olha. Eu não acho nada assim interessante, porque é aquele negócio. Eles ajudam no momento. E, depois disso, eles fogem. Eles não ajudam em nada. Você abre as portas aí. Eles falam, prometem uma coisa e depois eles não voltam atrás. Se ganhou, então, piorou. Então, eu acho assim, um fracasso com os políticos. Eu não gosto. Parei até de fazer muita coisa na associação por causa disso. Aqui tem independente só. A gente mesmo. Ou seja, com o nosso sacrifício. Não com deputado, porque hoje eles estão. Amanhã eles querem cobrar coisas que a gente não tem e não ajudam realmente em nada.

Expectativas do futuro e projetos

Seus projetos futuros são de realização de atividades esportivas para as crianças na rua em frente à associação. Estabelece como ideal o papel da associação em atividades educativas e esportes, reforçando a concepção do movimento associativo com um papel de prestador de serviços e de recreação à população. Em vista disto, deseja que a sua rua seja reconhecida como uma rua de lazer aos domingos e, terceiro, pretende realizar uma oficina de costura com geração de renda para as costureiras.

Líder da Associação do bairro Parque Bristol

Informações sociodemográficas, qualificação do entrevistado e experiência como líder comunitário

O líder tem setenta anos de idade, é aposentado da polícia militar, na qual atuou como sargento, e hoje trabalha ainda como taxista. Tem o ensino fundamental incompleto. Nasceu em Glucínio, Minas Gerais, e reside no bairro que preside a associação há trinta e quatro anos. Exerce o cargo de presidente há quatro anos. Já teve a experiência de participar como diretor de esportes em outra associação de bairro.

Iniciou, aí, a sua participação a princípio exercendo a função de segurança nos bailes realizados no prédio da união e, depois, passou a abrir o prédio para a realização das atividades em seu interior. Em seguida, por incentivo da vizinhança, além de ligação afetiva com crianças, passou a exercer o cargo de vice-diretor financeiro. Logo depois, a diretora financeira renunciou o cargo e ele foi nomeado como substituto. O líder é alguém que se sente parte da comunidade: “Nossa vida aqui é uma vida comum entre os moradores”.

Considera que o principal benefício em exercer a liderança é a popularidade: “O benefício que tem em ser líder comunitário é que você passa a conhecer todo mundo, você passa a valorizar todo mundo”.

Relata que as desvantagens são o desgaste pelo tempo, fator este de que a família se queixa, além de ser um serviço que não oferece renda: “A desvantagem que você não tem horário, a desvantagem que você não ganha”.

O líder entende a sua função como prestação de ajuda aos moradores:

“Nós ajudamos todo mundo, graças a Deus. Não veio uma pessoa aqui pra nós que pedisse uma coisa pra nós que a gente pudesse não atender ele. Graças a Deus. Até aqui nós temos, atendemos. Às vezes eu ajudo, a Joaquina ajuda”.

Pensa que a pessoa precisa ter boa educação e paciência para atender às pessoas. No referente a compartilhar experiências com outros líderes, mantém contato com dois líderes de bairros adjacentes e os tem como modelo.

P: Que coisas, por exemplo, o senhor copia deles?

L: Por exemplo, o movimento, o atendimento às pessoas, como tratar, como receber as pessoas, acho bonito isso aí. Cê chegar aqui e... aquilo que eu falei pra você: “Eu não posso ir, eu tô com pressa, não existe isso aí”. Então, né? Eu acho bonito. Cê chega lá, pra conversar com a pessoa, ela senta, oferece um café e tal, e não tá com pressa pra ir embora. Então, eu acho isso aí uma coisa bacana. Você vem fazer uma solicitação de qualquer coisa, eles atendem.

Ele conhece outros líderes, porém não concorda com a atitude desses, por atenderem com pressa.

Breve histórico da associação e a sua dinâmica.

A União de Moradores, como é denominada, surgiu no ano de 1979, na qual os moradores do bairro e um padre se reuniam para discutir problemas referentes ao bairro. Ela engloba dois bairros adjacentes (Parque Bristol e Jardim São Savério).

Ela possui um estatuto, que é aprovado em assembleia. A diretoria é eleita de dois em dois anos, e este é o seu segundo mandato, exercendo a função no seu

quarto ano.

A União possui um organograma composto por presidente, diretor executivo, diretor de comunicação, diretor social, diretor de esporte e diretor de finanças, e cada diretor possui um vice, além de um conselho com suplentes. Todos eles são moradores do bairro. A associação funciona principalmente como prestadora de serviços aos residentes locais.

P: Qual o papel da associação neste bairro?

L: Ah, o papel da associação nesse bairro é mexer com tudo, o evento dela, é o... por exemplo, a pessoa necessitada dos meios sociais, o esporte, enfim, tudo. Temos aqui as escolas, né? A moradia, saúde. Tudo cai... na associação. Tudo tá... pertence à associação. Se for feito um requerimento junto à prefeitura, junto ao governo do estado, tudo é feito pela associação.

No núcleo de esportes, a entidade possui uma escola de futebol de campo e de salão para crianças, além de curso de capoeira.

Funciona, ademais, como polo de distribuição de leite do programa VIVA Leite do governo estadual de São Paulo, destinado às famílias com crianças pequenas, além de idosos, oferecendo mil e oitocentos litros de leite a cada mês.

Possui parceria com o Programa Ação Família (PAF) e oferece o espaço da associação para a realização dos encontros de família do programa, por meio do Unas, que desenvolve o projeto do PAF no bairro. Há também o programa de alfabetização de adultos. A união articula com o programa AMA, no qual o diretor de finanças da associação exerce a função de conselho gestor no posto de saúde de Parque Bristol.

São realizados cursos de crochê, oficinas de artesanato, além de aulas de futebol de campo e de salão, e de capoeira para crianças. Há, ainda, encontros para

a terceira idade. O salão da União também é alugado para a realização de festas e eventos.

O presidente relata que uma das dificuldades enfrentadas é a mediação entre a morosidade no atendimento a um serviço requerido junto à defesa civil, que é o setor público mais procurado pela associação para resolução de demandas que necessitam do órgão público e a necessidade emergente dos moradores.

“A pessoa, a prefeitura vem ver, mas atende. Só que ela demora. E quem tá precisando ela quer ser atendida na hora. O problema nosso é fazer as pessoas entender. Eles atendem, mas demora, né?”

“Esse caso, por exemplo, da... limpeza de bueiro, por exemplo. A grande dificuldade que tem na hora... a gente tá precisando e demora quarenta dias. Por exemplo, lixo, quando os cara joga o lixo na rua e não tem lugar de pôr, a gente conta de quarenta em quarenta dias, que é o prazo que tem pra limpar. Essa é a dificuldade que a gente tem. Mas às vezes a gente vai, através de boa conversa a gente consegue, né?”

Menciona também a questão da carência de necessidades básicas solicitadas que muitas vezes não podem ser supridas:

“(...) a nossa associação, a frente dela é pra uma favela, que é habitação coletiva, e as pessoas, tem muitas pessoas que precisa de cesta básica, precisa disso, precisa daquilo, às vezes precisa de roupa, e a gente não... as dificuldades são essas, né? Que é atender o povo em geral. E nós temos daqui até a divisa da Vila Liviero, nós temos mil e cinquenta famílias de grande vulnerabilidade social. Família que chega lá, tem vergonha, não tem o que comer, a gente tá ajudando, faz o que pode, mas a gente não pode. As dificuldades são essas (...) Então a dificuldade da gente é essa... de a gente estar correndo atrás pra poder, é... agradecer... como se diz? Satisfazer o povo, né, mas nem tudo a gente pode fazer.”

Em diversas ocasiões, os custos dos gastos são pagos pelos membros da

diretoria.

Nos dias de inundação do córrego, a associação comunica a defesa civil. Relata um episódio no qual houve a iniciativa de um vereador para a canalização do córrego, porém os moradores se recusaram, pois pensaram que seriam despejados.

“Porque eles acham que, se tirar isso aí pra poder canalizar o córrego, que eles não dão chance de eles voltar mais. Uma: eles não acreditam na direção da... da cidade, eles não quise... diz que não podia mudar e, por isso, que não foi feita a canalização completa, é... canalizado de trecho em trecho.”

O fortalecimento enquanto apropriação do espaço e a apreensão dos direitos se mostram importantes para a defesa dos moradores de seu espaço, da especulação imobiliária e do processo de gentrificação.

Para o desenvolvimento do bairro, menciona a realização da restauração de uma área verde na qual eram despejados lixos e a construção de uma ponte, a construção de uma escola e a implantação do projeto de saúde AMA.

Fala também da necessidade de agência bancária, casa lotérica no bairro, agência de correio, além de moradia e escola. Menciona a necessidade de auxílio externo para o desenvolvimento desses meios sociais e enfatiza a necessidade de parcerias com a União. Possuem um projeto de criação de uma creche e de reforma do prédio da associação.

Consciência política do líder

O líder concebe a participação política restrita apenas ao voto.

P: Qual a sua opinião sobre participação política?

L: Olha a minha opinião é o seguinte. Eu acho que no meu caso, como líder comunitário, eu tenho que fazer uma visão de todo mundo por igual. Eu não posso dizer que o fulano é melhor que o fulano, que você vote no fulano, que ela vote... Eu não posso ter esse tipo de opinião. Porque eu sou líder comunitário eu tenho que estar com todos eles. Eu não posso tirar um, que o outro me prejudica. Por exemplo, se você vem aqui, se eu falo com você pra votar, por exemplo, no... no Aguinaldo Timóteo. E você chega no Dissei e fala pra ele: eu já tô fechado com ele.

Na união, são realizadas apresentações de projetos de candidatos, e é discutido entre a diretoria o candidato a ser apoiado.

Quando é necessária uma solicitação para resolução de demandas enviadas ao poder público, o líder, como diretor da união de moradores do bairro, procura pelo encarregado da defesa civil na subprefeitura do distrito. Também recorrem a vereadores e deputados para situações-limite, com caráter clientelístico: “Tem uma porção de político que quando a gente se encontra num... beco sem saída, estão sempre favorecendo a gente.”

Opinião sobre a participação da comunidade e visões sobre outras comunidades

Para o líder, a comunidade não participa ativamente da união e de suas atividades. Apenas é procurada para suprir alguma necessidade.

O líder relata uma dificuldade na comunicação, na parte da recepção das demandas dos moradores. E atribui também esta falta de solicitação à vergonha que as pessoas têm de pedir: “Muitas vezes, não sei se você já morou em lugar carente. Tem outras vezes a pessoa tá precisando, mas ele tem vergonha de solicitar aquilo que ele precisa.”

Expectativas do futuro e projetos

O presidente da união cita a reforma que será realizada no prédio e a criação de uma creche pela diretora social. Planeja realizar parcerias para que o bairro tenha agência bancária e uma agência de correios.

Líder da Associação da Vila Liviero

Informações sociodemográficas, qualificação do entrevistado e experiência como líder comunitário

A líder tem quarenta e cinco anos, possui o ensino médio completo, nasceu em um bairro próximo, o Ipiranga, e reside no bairro onde funciona a associação desde dezembro de 1979, há trinta e um anos. Não exerce outra profissão e sua fonte de renda são os familiares, além do imóvel da associação, que é locado (funciona na garagem deste), e um subemprego de vendedora de produtos de beleza. Já teve experiência em formar comitês para campanhas de candidatos de partidos políticos de bairros vizinhos e participou de uma chapa de uma sociedade do bairro chamada Savil, além de participar de atividades comunitárias religiosas com crianças de rua e com idosos.

Ela é a fundadora da associação. Seu início se dá por uma situação específica de um contexto no qual o trabalho inicia-se com as crianças da vizinhança.

“Então, eu vi a necessidade das crianças que moravam aqui no rio. Aqui perto, atrás, né? E comovida com aquilo... entendeu? Arregacei as mangas e falei. Alguém tem que fazer alguma coisa, né? Se é pra eu falar dos outros fazer, vou começar por mim. Aí, a gente começou assim.”

Então, incentivou outros moradores vizinhos e montou sacolinhas de Natal. Cada família escolhia uma criança cadastrada e comprava duas peças de roupas, um calçado e um brinquedo. Foram entregues, ao todo, para setenta e oito crianças, de três ruas das proximidades.

Entende que seu papel também é de acolhimento do sofrimento e angústia

dos membros da comunidade.

“Eu já não me julgo nem no direito de... porque uma palavra amiga não se nega a ninguém, né?”

“(...) a gente não tá aqui à toa, que tem um objetivo que é realmente tar amenizando o sofrimento daqueles, não inferiores a nós, mas que têm situações inferiores à nossa. Não como seres humanos.”

“Quando eles (os filhos) vê principalmente quando chega pessoa nervosa aqui, tal e tudo. Às vezes eles estão aqui, e escuta: ‘Mas por que é que cê fica escutando essas coisas? Quê você ganha com isso?’ Eles não entendem, né? Eles não entendem. Porque... o que a gente nasce pra fazer não tem explicação. Como é que eu vou explicar? Daí eu falo, ai, não, filha. Deixa, coitada, tava precisando desabafar, né? Que não custa nada. É melhor a gente ouvir essas coisas do que ser surdo, né? Eu amenizo assim, sabe?”

Menciona sentir-se impotente diante das demandas.

“Mas, ao mesmo tempo, quando, assim, a gente para, a gente vê que é muito pouco o que a gente consegue fazer, entendeu? Porque se for parar pra pensar na imensidão que é essa (Bairro 3), então é quase nada, né? Porque é muita gente, é muita demanda, muita precisão, né?”

“(...) Então, a gente se sente assim... de mãos atadas. Se a gente tivesse mais colaboração, poderia tar ajudando mais, entendeu? Não fazer pelo pessoal, que né? Fala assim. Tem que ensinar a pescar, não dar o peixe, né? Mas, na hora de emergência, cê tem que dar o peixe pra depois cê conseguir ensinar. Porque senão cê não vai conseguir, né? E muitas vezes a gente não tem esse peixe. E acaba se perdendo um trabalho que a gente poderia tar fazendo mais sério, com a conscientização mais forte, justamente porque você não tem nem o início.”

A líder pensa que tem uma responsabilidade perante a comunidade e se

sente valorizada pelos vizinhos.

“Ah, então, tia 3. Agora tô mais tranquila, porque você a gente já conhece. A gente sabe que não mente’. Falou até assim pra mim. (...) Mas, assim, eu fico... eu me sinto lisonjeada, sabe assim? No sentido da confiança, sabe? Que eu acho que isso não tem dinheiro que pague, sabe? Não tem mesmo, cê olhar pra uma pessoa, ver que a pessoa acredita no seu trabalho, né? E que você faz a coisa de coração, é honesto.”

Outro benefício que sente é a satisfação por ajudar o outro.

“Eu me sinto bem, receber a mão. Esse é o benefício que eu tenho. Eu me sinto bem quando vejo uma criança sorrindo, quando posso ajudar quem eu vejo, sabe? (...) Isso pra mim é... minha recompensa. Entendeu? Ver a pessoa feliz. Ver que tão pouco pode ajudar aquela pessoa, aquela família, aquela criança, entendeu? Então, eu sinto aquela alegria dentro do meu coração muito grande. Sentir que... vamo se dizer, eu me sinto útil. Eu sirvo pra alguma coisa, vamos dizer assim. E eu servi. Que bom que servi, né?”

“Então, assim, então pra mim a recompensa é isso, é ver a felicidade, entendeu? Ver que a pessoa é... a autoestima da pessoa aumentou. Sabe? Aumentou não, ela tá descobrindo que ela é um ser humano, tem o lugar dela no espaço, isso Deus deu pra ela, entendeu?”

Estabelece vínculos afetivos com os membros da comunidade, e é solicitada para exercer o papel de mediadora dos conflitos entre eles.

“Então, às vezes, aparece uma pessoa: ‘Ai, [tia 3] me arruma um advogado, porque meu vizinho tá fazendo isso, isso, aquilo’ (...) Aí, vou atrás do vizinho da pessoa, pra saber o que tá acontecendo, né? Aí, cê tenta apaziguar, assim, no sentido de conversar, né? (...) Muitas vezes você... às vezes a pessoa só veio desabafar, num momento de nervoso... acaba tomando consciência, a gente conversando que não é aquilo... você consegue apaziguar, entendeu?”

E é solicitada em casos de emergência em qualquer dia e horário.

“Então, a gente, o pessoal faz de coração, não tem horário. Aqui, se eu precisar... Pode ser a hora que for. A gente não tem horário, porque pessoal pra ajudar também não tem horário. Às vezes liga em casa, pode ser final de semana, feriado, né? A gente sempre está à disposição, por quê? Não é pra gente, mas é pro nosso trabalho. Pra aquilo que a gente se dispôs de coração a fazer. Entendeu? Então não tem preguiça, né? Sempre tá tentando ajudar.”

Relata sentir o desgaste emocional pelo trabalho de lidar com o sofrimento das pessoas.

“A única desvantagem em lidar com as pessoas da comunidade é que, como a gente tem sensibilidade, a gente absorve também a parte negativa das pessoas. Então, a desvantagem é que, assim, muitas vezes eu saio cansada daqui, saio passando mal, mas não é de corpo; é de espírito. Porque, querendo ou não, eu absorvo aquela parte negativa da pessoa, sabe?”

A líder enfatiza a resolução de problemas e necessidades, e o processo de fortalecimento da PSC, que enfatiza as potencialidades e se mostra importante.

“Então, eu acho que líder eu acho um peso muito grande, né, líder? Liderar. Liderar o quê? Liderar a vida dos outros? Sabe? Liderar o problema dos outros? Né? Então. Ou liderar soluções? Se for pra liderar somente soluções, eu até queria ser uma líder mesmo. Entendeu? Porque o que eu tenho aqui, soluções são muito poucas. Eu tenho mesmo é problema das pessoas, as necessidades das pessoas, não importa se é criança, se é idoso, sim, não. Entendeu?”

Quanto aos familiares da líder, eles têm colaboração restrita.

“(…) assim, colabora comigo em tudo, né? Porque se não existisse a

colaboração da família não conseguiria fazer o trabalho. Deixar bem claro. Só que, assim, não peça para que eles venham fazer. Não peça. Entendeu? (...) Aí, no dia que tá tudo montado, tudo pronto, peço a colaboração, vai lá tocar, né? Filmar, ajudar, distribuir. Eles vêm. Mas não peça pra eles porem a mão na massa e ir atrás de pedir, de ir atrás, não é com eles. Até se for pra fazer entrega. Se for pra buscar alguma coisa, tenho colaboração, né? Mas, pra falar, vem fazer comigo, não. Só depois que tá tudo pronto, daí o nego ajuda. Entendeu? Mas eles acham loucura, né?”

A líder tem de lidar com uma população desconfiada do órgão público.

“Tem muita família que... é assim. Os moradores não acreditam na prefeitura. Eles não acreditam, não adianta, né?”

Breve histórico da associação e a sua dinâmica

A associação inicia-se conforme a circunstância narrada acima. Essa atividade aconteceu em todo o Natal até o ano de 2009. Do ano de 2002 até o último foram cadastradas mil e seiscentas crianças de até dez anos de idade. No decorrer dos anos ocorreram adaptações. De 1993 até o ano de 1998 crianças e adolescentes até quatorze anos recebiam. De 1999 até a última entrega em 2008, crianças de até dez anos.

Em 1999, no dia das crianças, foi realizado o almoço para as crianças, com alimentos doados. O mercado Bairro 3 doou carne e frango; Mariza, uma moradora, doou salsichas; dona Nilze, do depósito, doou gelatinas; Adriana, do projeto “Do Lar”, contribuiu com saquinhos de doce; outros vizinhos doaram sucos, arroz, feijão; e as panelas foram emprestadas pelo padre de uma paróquia. Foram preparadas quinhentas refeições. Essa atividade foi realizada até o ano de 2002.

Com as crianças é realizada, além das atividades citadas, a entrega de kit

escolar, para crianças das famílias cadastradas. Já foram ministradas aulas de reforço escolar, o programa “Clave de Sol”, curso de pipa e entrega de doces doados no dia de São Cosme e Damião.

Desde o ano de 2000 até este ano são feitas doações pelo deputado federal William Woo (PSDB) de cinco cadeiras de rodas e três cadeiras de banho. A advogada assistente do deputado também auxiliou na elaboração da documentação para a institucionalização da associação. Em uma tentativa, foi recusada por Ato Constitutivo/Alterador – em nome diferente do informado no FCPJ/QSA/FC no Estatuto Social. Foi realizada mais uma tentativa no final de 2008.

No ano de 2001 foi realizado um curso de costura, principalmente de tapetes, cortinas e roupas de cama com duas aulas por semana, que teve a duração de seis meses.

Em 2002 houve o curso de crochê e tricô com a duração de quatro meses.

No início de 2003 houve uma enchente na região, e muitos moradores das margens e sob o córrego perderam seus pertences. Em 06/03/2004 foi realizada a primeira entrega de cestas básicas pela Igreja Presbiteriana Unida Coreana de São Paulo (IPUCSP), por meio do ministério de ação social, em parceria com a associação 3.

Desde aquele dia até dezembro de 2007, uma vez ao mês foram doadas cento e oitenta cestas básicas às famílias cadastradas na associação 3. Os vinculados eram moradores de quatro comunidades.

Em 2005 foi realizado na associação um curso de sabão caseiro.

As atividades realizadas são feitas com a colaboração de vizinhos que frequentemente se encontram no espaço da associação. A líder entende que a função da associação é ajudar os moradores do bairro nos casos de emergência.

“(...) a gente tenta ajudar, assim, à medida do possível, no sentido de, por exemplo: chegam ‘N’ problemas aqui. Pessoas que precisam de óculos, pessoas que precisam de médico, pessoas que não têm o remédio que precisa no posto e não pode comprar, né? Pessoas precisando de alimento quando dá enchente. Pessoal corre aqui pra ver se tem uma cama, uma... sabe? Então, a gente auxilia assim. O que tem aqui disponível a gente doa, né? A gente, quando vai fazer as coisas... Olha, cê perdeu tudo na enchente. Vê o que serve pra você. O que pode levar, né? O que tem disponível a gente doa.”

A entidade também presta atenção aos idosos e deficientes das proximidades, por meio da doação de fraldas geriátricas conseguidas pelas paróquias da região. Realiza bazares com outras doações recebidas pelas mesmas paróquias. Quando surge alguma questão referente a uma necessidade coletiva do bairro, a associação é procurada.

“É o que a gente vem lidando que nem, por exemplo, esse lixão aqui, né? Vieram final do ano passado e tiraram três caminhões, que não abalou em nada. (...) Nós tamos na batalha novamente. Já entrei na internet, né? Já tamo ligando, já mandamo o... o ofício, lá pra... subprefeitura do Ipiranga (...) Agora lá embaixo, na São Pedro (...). E, fora isso, quando pede. Ah, tem um abaixo-assinado pra tal coisa. A gente coloca aqui. A gente se dispõe a estar passando pro pessoal.”

Realiza, ademais, um acompanhamento das famílias cadastradas para remoção por motivo da canalização do córrego.

A associação estabelece certa relação com uma ONG existente no bairro.

“Nesse final de ano a gente mandou sessenta famílias que a gente julgou serem mais carentes desse monte que a gente tem, no qual ele também ofereceu às famílias uma cesta básica, um peru de natal, entendeu? A gente

mandou bastante idoso.”

Nos dias de inundação do córrego, a associação abre o espaço para que as vizinhanças que tiveram sua moradia alagada possam se abrigar e guardar pertences. Além disso, a subprefeitura de Ipiranga é avisada.

“A única coisa que fiz aqui foi ajudar, no sentido de que eu abri a porta pro pessoal guardar aqui dentro o que eles conseguiram salvar, né? E, depois, a gente contatou a subprefeitura pra tar fazendo aqui a mesma coisa que fizeram lá embaixo, que eles dão um colchonete, uma cesta básica pro pessoal. Aquilo que eles conseguiram salvar guardaram aqui. Geladeira, fogão, sabe? Então, nesse sentido, porque a gente também não tem condições de fazer muita coisa, assim, material, porque não tem. Mas as roupas que têm já doa pro pessoal, pras famílias, porque assim. De urgência. Emergência, né? Que nem na última enchente que teve, as famílias vieram comer aqui, porque molhou todos os alimentos e teve que jogar fora. Então, a gente fez um sopão aqui e distribuimos pra essas famílias, mas por conta da... dos vizinhos.”

Foi realizada no ano de 2000 uma reivindicação para a canalização do córrego com outros líderes informais. Foram coletadas assinaturas para a canalização do Córrego dos Ourives na Associação, pela tia Fátima; na Unidade Básica de Saúde Dr. Luiz Ernesto Mazzoni, pelo Seu A.; na EMEF Leão Machado, pelo diretor J., em seu mandato; na comunidade de São Pedro, pela moradora dona M.; na comunidade de São Pedrinho, pelo morador J.; e na comunidade de Santo Antônio, pela esposa de C. As assinaturas foram levadas ao Conseg, reuniões das autoridades com a população, realizadas em toda última quinta-feira do mês às 19:30 na Universidade Paulista (Unip) localizada no bairro, em que participam o subprefeito de Ipiranga, representantes da Eletropaulo, representante da Sabesp, comandante da polícia militar e da polícia civil, todos da região de Ipiranga. (Já

foram realizadas outras coletas em 1987 e entregues às prefeituras de São Paulo, São Bernardo e Governo Estadual de São Paulo).

Por intermédio da associação, segundo informado pela entrevistada, foi obtido para o desenvolvimento do bairro:

“Então aqui, assim... a gente já conseguiu a luz aqui atrás, na Particular Dois, a água que não tinha nessa beirada do rio aqui, né? A gente já conseguiu aqui tar entrando, levando os ofícios. Eu fui lá... na Unip, né? Pro pessoal do Conseg. Já conseguimos perua pra algumas crianças, que cê tem problema e não tinha perua da escola, entendeu? Já consegui remédio que alguns idosos precisavam, fora isso, cadeira de roda pra quem precisa. Andador, isso aí todo ano a gente doa, porque a gente recebe. Como entidade, tem essa parte aí que eu não falei, tem as cadeiras de roda que a gente dá pro pessoal, né? Muitas vezes, eu faço intercâmbio com a paróquia Nossa Senhora Mãe de Jesus, pra tar obtendo cadeira de banho, cadeira de roda, andador, bengala, entendeu? (...) O posto policial ali também foi pelo abaixo-assinado feito pelo Bacana...”

Em trabalho conjunto com outros líderes comunitários informais do bairro, realizaram reivindicações por meio de abaixo-assinados levados às autoridades, como será descrito de acordo com as demandas especificadas:

Iluminação – Em 1996, foi realizada uma coleta de assinaturas para a o sistema de iluminação e água em uma região do bairro. Em dois anos, a solicitação foi atendida.

Segurança – Em 2002, foi realizada outra coleta de abaixo-assinados para a presença de posto policial no bairro, feita com outros líderes comunitários, cuja solicitação foi atendida e cuja construção foi feita com materiais fornecidos pelos moradores.

Espaço de lazer – Em 2005, coletou-se outra lista de abaixo-assinados realizados com outros líderes comunitários para a construção de um campo de bocha e quadra de esportes em um espaço abandonado. A solicitação foi atendida.

Ressarcimento – Em 2005, coleta de abaixo-assinados realizada em conjunto com outros líderes comunitários, para vinte famílias receberem um prazo e uma verba de saída para um trecho de construção de rede de esgoto de prédios construídos em um mutirão em uma rua no Bairro 2. Atendido. Receberam a importância de R\$ 8 mil e noventa dias de prazo para a saída.

Muro de arrimo – A comunidade de São Pedrinho obteve um muro de arrimo para canalização pela subprefeitura por meio de um abaixo-assinado.

A associação organiza eventos por meio da cooperação solidária de outras pessoas do bairro.

“Almoço no dia das crianças. Mais de quinhentas refeições durante quatro anos em seguida que o pessoal aqui do mercado ajudava, doava... pedia também pras famílias. Não só os comerciantes, né? Cada um ajudava um pouco, ate comprei um fogão industrial pra tar fazendo o almoço deles aqui, né? A dona Nilce do depósito ajudava, lá o mercado Liviero também, né? Fora isso, as outras pessoas também que não são empresários, não têm estabelecimentos, também ajudavam.”

Além disso, a entidade articula-se com duas creches da região e a pastoral do menor.

Sua função de líder não tem rotatividade, sendo exercida pela mesma pessoa

desde a fundação da associação, há dezoito anos.

Entende que o principal meio de poder é o recurso monetário.

P: Quais são as dificuldades enfrentadas na associação?

L: Dinheiro. Me dá dinheiro que eu faço tudo que a associação puder fazer. Porque a dificuldade é tamanha. Porque, assim, é pouco recurso pra muita gente, né? Então às vezes você fica se sentindo, assim... que não fez nada.

Consciência política do líder

A associação já recebeu candidatos para a apresentação de propostas. Ao discorrer sobre a participação política, defende a perda da confiança da população por causa da corrupção. Discursa que o papel dos vereadores e deputados é de socorrer a população.

“Tenho que falar assim, no sentido de que... São Paulo é grande. Eu sei que eles não vão poder socorrer todo mundo, mas o pouco que precisou eles puderam socorrer e fizeram.”

“Surge uma necessidade que eu não posso sanar e eu sei que eles podem, então eu peço pra eles. Nesse sentido de cadeira de rodas. Nesse sentido de socorrer a população naquilo que precisa... Remédios... Que nem, o Murad mesmo já arrumou vaga em hospital de pessoa acidentada, coisa seria, né? Então. Assim eles ajudam. Se ligar lá, olha, teve enchente aqui, o pessoal tá precisando, tem como cês doar alguma roupa, alguma coisa que sirva pra população, pra eles virem retirar no Bacana? Entendeu? Eles socorrem.”

Opinião sobre a participação da comunidade e visões sobre outras comunidades

Para a entrevistada, os membros da comunidade são solidários e participam

ativamente do movimento da associação.

“A participação dos moradores, assim. Pra aquilo que realmente interessa a eles, a comunidade em si é... muito boa. Eles se movimentam, né? E... são bastante solidários, né? No sentido de se você vai passar um abaixo-assinado pra canalização do rio, mesmo as pessoas que moram em cima do rio, sabendo que são obrigadas a sair, elas não se recusaram a assinar. Poderia ter acontecido, né? Porque, poxa, vou perder minha casa? Pra onde eu vou? Né? Então, tiveram a consciência que é para um bem maior. Então. A participação deles é cem por cento. Né? (...) Quando é pra um bem maior, o pessoal participa. Quando são coisas específicas, só aquelas pessoas que se interessam mesmo que vêm. Mas não deixam de vir.”

Em sua troca de experiência com outros líderes, conhece outras comunidades na qual existe a passividade dos moradores.

“A minha irmã reclama muito. Ela fala: “O povo não quer saber de nada”. Né? Eu acho que o povo tá... principalmente quando é política. Tem mais dificuldade de chamar o pessoal quando é alguma coisa de política. Aí tem essa dificuldade, porque ou vem aquele que vem mesmo pra escrachar, que não aguenta mais, achou uma válvula de escape dele desabafar, ou vem aquele que gosta realmente de lidar com a política, né? Mas eu ouço reclamação, assim, no sentido de que... é... Minha irmã sempre fala muito assim lá na zona leste: “Ah, são sempre as mesmas pessoas que vêm”. Parece que os outros não têm interesse. Entendeu? Ela reclama muito nesse sentido: que o pessoal não deixa de ir, mas é sempre os mesmos.”

Expectativas do futuro e projetos

Os projetos da associação são a ampliação do espaço físico por meio da utilização do imóvel todo para salas de informática, sala para terceira idade, para crianças, como uma creche, além de abrigo para moradores de rua.

ANÁLISE GERAL DAS ENTREVISTAS COM OS LÍDERES DE ASSOCIAÇÕES DE BAIRO

Os líderes entrevistados externam em seus discursos uma concepção de movimento de bairro como prestador de serviços, de lazer e cultura. Inclusive, os projetos elaborados são estruturados com esse objetivo. Conseqüentemente, os casos estudados apenas suprem situações emergenciais do dia a dia, além dos dias de inundação do córrego, e promovem o lazer com esportes e a recreação, realizando festas e eventos em datas comemorativas.

Observa-se pela revisão histórica do movimento, desde o regime ditatorial, que o papel reivindicatório foi impossibilitado e os líderes das SABs foram cooptados – os líderes ativistas foram substituídos por líderes administrativos; pela criação da Secretaria do Bem-Estar da Prefeitura e da relação estabelecida desta com o movimento de bairro; o I Seminário das SABs, e quando estas foram atreladas ao poder público, seus líderes se tornaram agentes intermediários e a oposição entre a pressão popular e o Estado foi apaziguada.

Nos casos das lideranças analisadas, percebemos claramente o exercício desse papel, que diante de uma necessidade por equipamentos urbanos básicos (habitação e córrego canalizado) passam apenas a executar ações de socorro emergencial, que se repete vez após vez. Isto é, a cada período de chuvas, precisam socorrer os moradores de sob e às margens do córrego. Nesse sentido, as tentativas reivindicatórias junto às autoridades não se mostraram capazes de transformar a comunidade e seu meio, elevando a qualidade de vida da coletividade.

Quando ocorre algum pedido junto ao órgão público e existe a demora de atendimento a uma situação emergencial (e.g. uma árvore que caiu, um bueiro

entupido), os líderes realizam o papel de mediador entre o órgão público e a população. Nesse caso, terminam advogando o órgão público, solicitando mais paciência para os membros da comunidade.

De acordo com Giorgetti (Mills apud Giorgetti, 2006:249), um problema se torna uma questão social quando foge à solução individual, e uma questão social exige solução coletiva. Então, para que a problemática dos moradores da região seja sanada, é preciso, necessariamente, uma ação coletiva que se realiza no plano político daquilo que é realizado referente a *polis*.

Apesar de as associações surgirem por iniciativa de um morador do bairro que diante das demandas organizou uma entidade no intuito de ajudar esta população, do ponto de vista político o movimento associativo de vizinhos, nesses casos, perde o caráter reivindicativo, adquirindo meramente a função de supridor de emergências e, quando possível, recreativo, mantendo o *status quo*.

A concepção de participação política dos líderes era restrita ao cargo político ou, no máximo, ao sufrágio, e a relação estabelecida entre eles e os representantes políticos se baseia em favores, não em direitos. Os vereadores e deputados são procurados para prestação de socorro e em emergências extremas que os líderes não podem resolver. Gohn (1992:30) observa que a atuação como líder de uma das SABs não gera uma consciência de reivindicação como direito: “as atitudes são mais de pedir do que de exigir ou solicitar”.

No movimento de bairro, nos casos estudados, pelos motivos expostos, a comunidade não se sente parte e não toma parte, e por isso as associações não proporcionam a participação democrática dos membros da comunidade, de modo que apenas as diretorias da associação atuam ativamente na dinâmica interna e, portanto, não possuem representatividade dos interesses da coletividade.

Gohn (1992:27) definiu o projeto político das SABs como conservador-institucionalizador e conclui que “não há preocupação em se mudar nada, no sentido qualitativo, do processo da transformação social”.

Percebemos que os líderes são pessoas que se dedicam ao trabalho comunitário e geralmente trabalham mais do que os outros membros da associação e da comunidade. Concebem o exercício de liderança comunitária como uma prestação de ajuda aos membros desta, agindo muito mais pela ideologia caritativa do que pela noção de cidadania, do cumprimento de direitos.

Suas tarefas comunitárias estão misturadas com sua vida particular. Eles residem nos bairros de sua comunidade e, por não haver horário de trabalho estabelecido, em situações de emergência podem ser encontrados facilmente. Uma das líderes movimenta sua associação no interior de sua residência de dois cômodos, sendo essa uma das queixas apresentadas para o desgaste. Além disso, quando existem gastos monetários, eles mesmos, com outros membros que compõe a associação, precisam suprir.

Por outro lado, são pessoas que se tornam populares e reconhecidas pela comunidade, e esse fator traz satisfação aos líderes, visto que estabelecem vínculos afetivos com os moradores do bairro. Assim, verifica-se neste estudo que a prática cotidiana das associações leva ao fortalecimento dos laços e vínculos de solidariedade entre os moradores locais.

Nota-se que as três associações não se articulam entre si, apesar de enfrentar a mesma problemática em seu meio. Uma dessas atende a pessoas dos três bairros nos seus eventos. A associação de Parque Bristol é conhecida tanto pela associação de Jardim São Savério quanto pela associação de Vila Liviero, porém não desenvolve trabalho articulado com nenhuma delas. Foi observado que a

associação de Jardim São Savério atende aos moradores de seu bairro, enquanto a associação de Parque Bristol atende a moradores do bairro em que se situa e a moradores de Jardim São Savério. A associação de Vila Liviero assiste moradores de seu bairro mais duas comunidades adjacentes, e até moradores do bairro de Parque Bristol.

Por causa das contradições internas, um trabalho conjunto entre as associações, para ganhar força coletiva com o intuito de lutar politicamente, não é vislumbrado. O primeiro estágio do processo de fortalecimento comunitário de Montero se faz relevante aqui, no sentido de cada associação perceber que há outras entidades que atendem a uma população que sofre pelas mesmas problemáticas, para em seguida passar para o segundo estágio de desenvolvimento crítico das forças políticas e sociais, e, então, passar para o terceiro estágio de planejamento de estratégia, para exercício de uma luta política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo mostrou que na dinâmica das associações pesquisadas, os líderes acabam realizando a maioria das tarefas e isto dificulta a participação dos demais membros da comunidade. Funcionam para ajudar os moradores de seus bairros, mas por conta dessa dinâmica torna-se uma tarefa desgastante e se queixam da falta de participação dos demais, gerando um círculo vicioso.

Para se superar a mera prestação de ajuda pensamos que é necessária a politização dos líderes desse movimento social. Primeiramente os líderes precisam perceber que estão exercendo um papel de advogar os interesses do Estado em detrimento dos interesses da população e que por isso não podem resolver as demandas do bairro e assim precisam realizar ações de socorro nos casos de emergência.

O tipo de trabalho desenvolvido por esses líderes não fortalece a comunidade. Pelo contrário por ações paternalistas, fortalece a dependência dos membros da comunidade em relação aos líderes, que sentem que a vantagem em exercer a liderança está no fato de se tornar popular no bairro.

Não pensamos que seja uma questão de interesse de se fortalecer que esses líderes agem dessa maneira. Mas que trabalham dessa maneira por reproduzirem a forma de atuação da liderança do movimento de bairro como se configurou historicamente e por desconhecer outra maneira de agir.

A liderança precisa compartilhar responsabilidades e realizar ações de planejamento conjunto com os moradores para que estas tomem parte da associação como um espaço coletivo de discussão, de reflexão e elaboração de estratégias de lutas políticas e não apenas como um reduto de práticas paternalistas

e de lazer que dicotomiza a relação líder-comunidade e que apazigua a pressão popular. Para a real participação precisa repensar na dinâmica da mesma, abrir espaço nas decisões e tarefas da associação para a elaboração de um projeto que atenta os interesses do coletivo e.

E em os moradores participando ativamente, as associações podem se articular para somar força quando lutarem politicamente pelos mesmos objetivos de moradia e canalização do córrego.

A pesquisa levanta elementos que sob a ótica da PSC propõe uma forma de compreender a problemática da região dos bairros de Jardim São Savério, Parque Bristol e Vila Liviero e dos movimentos de bairro em seu interior. E a teoria da PSC também possui um componente interventivo de participação e fortalecimento para a mudança da comunidade.

O processo de conscientização e fortalecimento da PSC seria possível junto aos líderes e às comunidades, mediados por projetos do próprio órgão público, como o CRAS ou uma ONG que tenham esse escopo. Entretanto, pensamos que seria necessário lidar com a provável política não participativa dessas entidades, tomando o cuidado de não se repetir a prática assistencialista e paternalista.

Esta pesquisa não levanta dados para participação nas associações dos membros das comunidades em que esses líderes trabalham, mas lembramos que elas precisam participar da elaboração dos projetos. A proposta da identificação das necessidades, o estabelecimento de uma hierarquia entre elas e o levantamento de recursos para supri-las que a PSC possui é útil nesse sentido. E, para uma participação real, a comunidade precisa ter acesso e voz na elaboração dos projetos referentes a ela mesma para assim partir para a conquista dos cumprimentos dos direitos e do exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

BOMFIM, E. M. “O psicólogo na comunidade”, in: *Psicologia & Sociedade*, Ano IV, n. 7, setembro. Belo Horizonte: ABRAPSO, 1989.

BRESCIANI, A. A. *Associação de bairros*. Projeto de Pesquisa Fase II, Relatório Científico, Programa de Políticas Públicas, Processo nº 00/01754-9

CAMPOS, R. H. F. (Org.) *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (CONAM). Disponível em: <http://www.conam.org.br/historico_1.htm>. Acesso em: 14 ago. 2010.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FALEIROS, V. P. *O que é política social*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FILHO, I. A. V. *Psicologia Escolar e Psicologia Social-Comunitária: diálogos para a construção de uma perspectiva crítica de atuação do psicólogo na escola*. Tese de doutorado apresentada ao programa de estudos pós-graduandos em Educação: Psicologia da Educação. PUC-SP, 2005.

FREITAS, M. F. Q. “Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária”. In: *Psicologia & Sociedade*. Vol. 8, n. 1. São Paulo: ABRAPSO, 1996.

_____ & RODRIGUES, M. M. P. & SOUZA, L. (Orgs.). “Novas práticas e velhos olhares em Psicologia Comunitária: uma conciliação possível?” In:

Psicologia: reflexões (im)pertinentes. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____ *O psicólogo na comunidade: um estudo da atuação de profissionais engajados em trabalhos comunitários*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Psicologia Social da PUC-SP, 2006.

_____ *Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: algumas aproximações e intersecções com a Psicologia Política*. Revista de Psicologia Política, vol. 1 (2). São Paulo, 2001.

_____ *Psicologia Social Comunitária: professores de Psicologia falam sobre os modelos que orientam a sua prática*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Psicologia Social da PUC-SP, 1994.

GASKELL, G. & BAUER M. W. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____ *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____ *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____ *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

GUARESCHI, N. M. F. & SCARPARO, H. B. K. “Psicologia Social Comunitária e formação profissional”. In: *Psicologia e Sociedade*, vol. 19, Ed. Especial 2. São Paulo: ABRAPSO, 2007.

GUARESCHI, P. A. “Relações comunitárias – relações de dominação”. In: *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

GIORGETTI, C. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Educ, 2006.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes,

2005.

HELLER, A. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HURTADO, C. N. “A educação popular: conceito que se define da praxis”. In: *Comunicação e educação popular – educar para transformar, transformar para educar*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

JACOBI, P. & NUNES, E. “Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista da Democracia”. In: *Cidade, povo e poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MARTINS, S. T. F. “O processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró”. In: *Psicologia e Sociedade*, vol. 15, n. 1. São Paulo, jan./jun. 2003.

MOISÉS, J. A. “O Estado, as contradições urbanas, e os movimentos sociais”. In: *Cidade, povo e poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MONTERO, M. *Hacer para transformar – el método em la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós Tramas Sociales, 2006.

_____ *Introducción a la psicología comunitaria – Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós Tramas Sociales, 2008.

_____ *Leadership and organization for community prevention and intervention in Venezuela*. Maritza Montero Editor. New York: The Haworth Press, vol. 27, n. 1, 2004.

_____ (coord). *Psicología Social Comunitaria – Teoría, método y experiencia*. Guadalajara: Universidad de Gualajara, 2002.

_____ *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós Tramas Sociales, 2005.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAWAIA, B. “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão”. In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

SILVA, N. R. *A práxis de Psicologia Social Comunitária nos anos 90: uma pesquisa com profissionais e professores da área em Bauru/SP*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Psicologia Social da PUC-SP, 1999.

SILVA, M. F. S. & AQUINO, C. A. B. (Orgs.) *Psicologia Social: desdobramentos e aplicações*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

SINGER, P. “Movimentos de bairro”. In: *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

TEUN, A. V. D. *Ideología: un enfoque multidisciplinario*. Barcelona, Espanha: Editorial Gedisa, 1998.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

WIESENFELD, E. “Prácticas sociales y políticas públicas: aportes de la psicología social a la problemática residencial”. In: *Psicología & Sociedade*, vol. 12, n. 1/2. São Paulo: ABRAPSO, jan./dez., 2000.

ZONTA, C. “Principais questões teórico-metodológicas e políticas envolvidas em intervenções de psicologia social comunitária”. In: *Práticas psicológicas e reflexões dialogadas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A) Informações sociodemográficas

- 1) Qual sua idade?
- 2) Qual seu grau de escolaridade?
- 3) Qual seu local de nascimento?
- 4) Há quanto tempo você reside no bairro?

B) Qualificação do entrevistado

- 1) Quando e como você começou a participar desta associação?
- 2) Há quanto tempo você dirige esta associação?
- 3) Você exerce alguma outra profissão? Qual sua fonte de renda?

C) Breve histórico da associação

- 1) Como surgiu esta associação e quais foram os eventos mais importantes até hoje?

- 2) Qual o papel da associação neste bairro? E como ela pode ajudar a resolver os problemas do bairro?
- 3) Quais são as dificuldades enfrentadas na associação? Que medidas foram tomadas para solucioná-las?
- 4) Em dias de inundação do córrego, a associação executa algum auxílio aos moradores afetados?
- 5) Já foram tomadas medidas para a questão da moradia e da canalização do córrego?
- 6) Quais conquistas foram obtidas para o desenvolvimento do bairro? Como foram conquistadas?

D) Dinâmica da associação

- 1) Qual a sua opinião sobre a atuação dos demais membros da associação?
- 2) Como você lida com situações conflitantes e divergência de opiniões?
- 3) Você já tomou decisões sem consultar as pessoas? Por quê?

E) Experiência como líder comunitário

- 1) Qual foi a sua primeira participação em movimentos de bairro? E depois, quais foram?
- 2) Como você se tornou um líder comunitário? O que o motivou?
- 3) Quais os benefícios em ser um líder comunitário?
- 4) Quais são as desvantagens?
- 5) O que seu marido (ou esposa) e filhos dizem sobre seu trabalho?
- 6) Você conhece outros líderes comunitários? Você compartilha suas experiências com eles? Qual a sua opinião sobre a maneira como eles trabalham?
- 7) Quais seriam as qualidades que uma pessoa deve ter para se tornar um líder comunitário?

F) Consciência política

- 1) Você já teve experiência em outros movimentos sociais como sindicato ou partido político?
- 2) Na associação são discutidas questões relacionadas à política? De que forma?

3) O que você acha de participação política?

4) A associação tem relacionamento com algum político? Quais? E qual sua opinião sobre a atuação dele(s)?

G) Opinião sobre a participação da comunidade e visões sobre outras comunidades

1) O que você acha da participação dos moradores na associação?

2) Quais as dificuldades que você enfrenta para ter a participação dos moradores?

3) Como é a participação dos moradores em outros bairros que você conhece?

H) Opinião em relação a entidades externas

1) Que entidades, instituições e grupos externos atuam sobre o bairro? O que você pensa sobre elas?

I) Expectativas do futuro

1) O que poderia melhorar na associação? E quais são os projetos futuros?

2) Como você espera que esteja a associação daqui a cinco anos?

J) Pensamentos finais

1) Você gostaria de acrescentar alguma observação ou comentário?

(Total: 34 questões)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)